

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - UAB

Miguel Lugo

A DICOTOMIA PÚBLICO/PRIVADO NO SANEAMENTO BÁSICO DO
RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre

2012

Miguel Lugo

**A DICOTOMIA PÚBLICO/PRIVADO NO SANEAMENTO BÁSICO DO
RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Ms. Rafael Kruter Flores

Porto Alegre

2012

Miguel Lugocho

**A DICOTOMIA PÚBLICO/PRIVADO NO SANEAMENTO BÁSICO DO
RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Conceito final:

Aprovado em de de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. - UFRGS

Prof. Dr. - UFRGS

Prof. Dr. - UFRGS

Orientador - Prof. Ms. Rafael Kruter Flores - UFRGS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha esposa Rosemeri, aos meus filhos Mikael e Lauren pelo carinho e incentivo recebido. Sobretudo, pela compreensão nestes dois anos de estudo, pois muitas vezes, não pude estar presente como gostaria e nem dei a devida atenção à família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Aberta do Brasil – UAB e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS pela oportunidade de ser aluno deste curso de Especialização em Gestão Pública.

Agradeço aos tutores e professores das disciplinas ministradas no decorrer destes dois anos.

Especialmente, agradeço ao Prof. Ms. Rafael Kruter Flores, que foi meu orientador neste trabalho de conclusão de curso, pela dinâmica orientação.

Agradeço à Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan pela agilidade em disponibilizar os dados utilizados neste trabalho. Em especial ao Eng. José Homero Finamor Pinto e ao Contador Ivan Ediênio de Andrade.

Ao meu colega de trabalho Maurício dos Santos que me informou sobre as inscrições para o curso de Especialização em Gestão Pública.

Finalmente, agradeço a Deus pela oportunidade de fazer esta Especialização, especialmente por ter me dado forças para não desistir na metade do caminho.

“Uma das questões mais importantes para o gestor público é a da relação que ele, como agente investido do poder do Estado, estabelecerá com o setor privado no exercício da sua função. Essa relação será mais ou menos frequente, dependendo da área de intervenção do Estado, mas será sempre delicada e sensível, pois está balizada por uma série de mediações processuais rigidamente estabelecidas pela lei.”

Ricardo Corrêa Coelho

RESUMO

Esta pesquisa científica analisa as disputas entre ‘público e privado’ que ocorrem atualmente no Rio Grande do Sul acerca da provisão de saneamento básico. Conhecer a situação atual do saneamento básico no Rio Grande do Sul e no Brasil é de fundamental importância para a universalização do serviço. A população e poder público deverão estabelecer metas para o acesso a serviços de boa qualidade e devem decidir quando e como chegar à universalização dos serviços de saneamento básico. Pretende-se identificar qual o diferencial que as empresas públicas podem oferecer na provisão de saneamento básico aos municípios do RS para universalizar o serviço. Ficou comprovado que para a universalização do abastecimento de água, principalmente nos pequenos municípios, a utilização do subsídio cruzado pela Corsan foi de fundamental importância. Portanto, o subsídio cruzado é o grande diferencial que a Corsan pode oferecer aos municípios do Rio Grande do Sul. Percebe-se que ainda há uma carência grande quanto à universalização do esgotamento sanitário (coleta e tratamento) no RS. A Corsan está fazendo a sua parte, visando atender aos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSBs, conforme investimentos que estão sendo implementados. Todavia, pelos baixos índices em esgotamento sanitário no Brasil e, sobretudo no Rio Grande do Sul, há espaço para as empresas privadas atuarem. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) seriam uma ótima alternativa para universalizar o tratamento do esgotamento sanitário no RS, desde que a gestão fosse pública e o controle social.

Palavras-chave: saneamento básico, dicotomia publico/privado, privatização, subsídio cruzado, universalização.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	JUSTIFICATIVA	13
3.	OBJETIVOS	14
3.1.	OBJETIVO GERAL	14
3.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
4.	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	15
5.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
5.1.	A DICOTOMIA PÚBLICO/PRIVADO E A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E O MERCADO	22
5.2.	DESESTATIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS LEVAM À EXCLUSÃO SOCIAL	29
5.3.	AS ORGANIZAÇÕES BUROCRÁTICAS: OPÇÃO PELO CRITÉRIO DA EFICIÊNCIA OU DA JUSTIÇA SOCIAL	33
5.4.	SUBSÍDIO CRUZADO NO SANEAMENTO	36
6.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
7.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	43
7.1.	ARGUMENTOS, PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS DAS EMPRESAS DO SETOR PRIVADO NA PROVISÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	43
7.2.	ARGUMENTOS, PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS DAS EMPRESAS DO SETOR PÚBLICO NA PROVISÃO DE SANEAMENTO BÁSICO	47
7.3.	TENTATIVA DE ALGUNS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL PARA PRIVATIZAR O SANEAMENTO E MANIFESTAÇÃO DA POPULAÇÃO	54
7.3.1.	Município de São Gabriel	54
7.3.2.	Município de São Luiz Gonzaga	56
7.3.3.	Município de Santa Cruz do Sul	59
7.3.4.	Município de São Borja	60
7.3.5.	Manifestação da FAMURS	60

7.4.	O MOVIMENTO PENDULAR E OS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL	61
8.	CONCLUSÃO	62
9.	REFERÊNCIAS	65
	ANEXOS	71

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1	PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS LIGADOS À REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SEGUNDO O RIO GRANDE DO SUL E O BRASIL – 2000	17
TABELA 2	PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR REDE GERAL DE ESGOTO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES – 2000	18
TABELA 3	PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS, POR CONDIÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES – 2000	18
GRÁFICO 1	INVESTIMENTOS DA CORSAN EM ÁGUA E ESGOTO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PAC	20
FIGURA 1	MOVIMENTO PENDULAR DAS SOCIEDADES CAPITALISTAS	26
TABELA 4	SÍNTESE DE CONCEITOS	29
TABELA 5	SÍNTESE DE CONCEITOS	35
TABELA 6	SÍNTESE DE CONCEITOS	40
TABELA 7	SÍNTESE DE PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS NO SANEAMENTO NO RS	53

1 INTRODUÇÃO

A universalização dos serviços de saneamento básico é meta dos governos em suas diferentes esferas e necessidade da sociedade como um todo. Constitui também, importante indicador das condições ambientais e da qualidade de vida de uma região.

Entretanto, a discussão em torno do modelo de gestão para o tratamento de água e esgoto está se tornando uma das grandes pautas da década. O assunto com o qual os gaúchos vêm se deparando na imprensa, nos municípios e nas audiências públicas é uma preocupação mundial. Nos últimos anos, tanto a Europa quanto a América Latina passaram por profundos debates sobre qual o caminho a seguir na questão do saneamento.

De acordo com a Lei nº 11.445, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, considera-se saneamento básico: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Porém, neste trabalho científico quando houver referência a saneamento básico refere-se ao abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, devido à delimitação do tema e ao período de tempo disponível para a conclusão da pesquisa.

Com a regulamentação da Lei 11.445/07, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, o município ficou definido como titular, passando a ser poder concedente sobre os serviços. O município pode escolher entre três possibilidades: optar por uma autarquia própria, por concessões privadas por meio de licitação ou concessões públicas por meio de contratos de programa.

Para esta pesquisa científica foi escolhido este tema relacionado à dicotomia público/privado no saneamento básico no Rio Grande do Sul por ser um tema atual, que envolve grandes embates.

Esta pesquisa científica objetiva analisar as disputas entre ‘público e privado’ que ocorrem atualmente no Rio Grande do Sul acerca da provisão de saneamento básico. Além disso, pretende mostrar à comunidade as consequências de se optar pelo sistema público ou privado e as perspectivas de universalização do serviço. Visa ainda subsidiar os gestores públicos com informações que possam servir para a tomada de decisão referente à maneira com a qual pretende atender a comunidade, com empresa pública ou privada.

A discussão relacionada à dicotomia público/privado no saneamento básico no Rio Grande do Sul é um tema polêmico, que envolve grandes embates, e que necessita de um consenso entre as partes interessadas, para que a finalidade social seja atendida.

Na universalização dos serviços de saneamento básico a Corsan destaca-se das empresas privadas por utilizar o subsídio cruzado. A Corsan atua em municípios superavitários e deficitários, fazendo um equilíbrio de contas. A tarifa é única para todos, embora os pequenos municípios geralmente dêem prejuízo. A arrecadação obtida em municípios maiores, como regra, permite o equilíbrio e o investimento na prestação qualificada do serviço também nos pequenos municípios. Já a privatização acaba com essa lógica: as empresas só terão interesse em assumir a prestação dos serviços nos municípios onde o lucro se mostrar uma possibilidade concreta. (VIEGAS, 2011).

Portanto, conhecer a situação atual do saneamento básico no Rio Grande do Sul e no Brasil é de fundamental importância para a universalização do serviço. A população e poder público deverão estabelecer metas para o acesso a serviços de boa qualidade e devem decidir quando e como chegar à universalização dos serviços de saneamento básico.

Partindo das considerações acima, pretende-se identificar qual o diferencial que as empresas públicas podem oferecer na provisão de saneamento básico aos municípios do Rio Grande do Sul para universalizar o serviço.

Para isso foi necessário estabelecer os seguintes objetivos específicos: (i) identificar, nos meios de comunicação e de divulgação, os argumentos levantados pelas empresas do setor privado para defender sua atuação no saneamento no RS; (ii) identificar os argumentos levantados pela Corsan para defender sua atuação no saneamento no RS; (iii) avaliar os pontos fortes e pontos fracos da gestão privada e da gestão pública (Corsan) do saneamento no RS.

Com o desenvolvimento da pesquisa científica ficou comprovado que para a universalização do abastecimento de água, principalmente nos pequenos municípios, a utilização do subsídio cruzado pela Corsan foi de fundamental importância. Portanto, o subsídio cruzado é o grande diferencial que a Corsan pode oferecer aos municípios do Rio Grande do Sul.

Entretanto, percebe-se que ainda há uma carência grande quanto à universalização do esgotamento sanitário (coleta e tratamento) no RS. A Corsan está fazendo a sua parte, visando atender aos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSBs, conforme investimentos que estão sendo implementados.

Todavia, pelos baixos índices em esgotamento sanitário no Brasil e, sobretudo no Rio Grande do Sul, há espaço para as empresas privadas atuarem. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) seriam uma ótima alternativa para universalizar o tratamento do esgotamento sanitário no RS, desde que a gestão fosse pública e o controle social.

2 JUSTIFICATIVA

Considerando a dicotomia público/privado que ocorre atualmente no saneamento básico no estado do Rio Grande do Sul, este trabalho científico pretende mostrar à população do nosso estado as perspectivas de universalização do serviço e as consequências ao optar pelo sistema público ou privado.

Com a promulgação da Lei nº 11.445, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, todos os municípios brasileiros deverão fazer os seus planos municipais de saneamento básico. Na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB o poder público municipal deve dizer quando e como chegar à universalização dos serviços de saneamento básico. Este trabalho pretende contribuir para a decisão dos prefeitos municipais do Rio Grande do Sul sobre qual o caminho a escolher: continuar com empresa pública estadual/municipal ou optar por empresa privada.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Identificar qual o diferencial que as empresas públicas podem oferecer na provisão de saneamento básico aos municípios do Rio Grande do Sul para universalizar o serviço.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar, nos meios de comunicação e de divulgação, os argumentos levantados pelas empresas do setor privado para defender sua atuação no saneamento no RS.
- Identificar os argumentos levantados pela Corsan para defender sua atuação no saneamento no RS.
- Avaliar os pontos fortes e pontos fracos da gestão privada e da gestão pública (Corsan) do saneamento no RS.

4 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A universalização dos serviços de saneamento básico é meta dos governos em suas diferentes esferas e necessidade da sociedade como um todo. Constitui também, importante indicador das condições ambientais e da qualidade de vida de uma região. (PAZUCH, 2011, p. 1).

Todos os municípios brasileiros deverão fazer os seus planos municipais de saneamento básico. É o que define a Lei nº 11.445, de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais e a política federal de saneamento básico. Um dos princípios fundamentais da Lei nº 11.445 é a universalização dos serviços de saneamento básico, para que todas as pessoas tenham acesso ao abastecimento de água de qualidade e em quantidade suficientes às suas necessidades, à coleta e tratamento do esgoto e do lixo, e ao manejo correto das águas das chuvas. (BRASIL, 2011).

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB é uma ocasião para a sociedade conhecer e entender o que acontece com o saneamento de seu município, debater as origens dos problemas e procurar soluções. Unidos, população e poder público instituirão metas para o acesso a serviços de boa qualidade e definirão quando e como chegar à universalização dos serviços de saneamento básico. (BRASIL, 2011).

A Lei de Saneamento Básico, conforme apontado na cartilha do Ministério das Cidades, estabelece que o PMSB deve conter:

Diagnóstico técnico-social; objetivos e metas progressivas e graduais para a universalização dos serviços, metas de qualidade e eficiência do uso de recursos naturais, dentre outras; programas, projetos e ações, inclusive as emergenciais; e mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas. O PMSB deve prever recursos para a sua concretização, definir as prioridades de ação e orientar os orçamentos futuros do município na área de saneamento. (BRASIL, 2011, p. 19).

Para a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico é de fundamental importância o emprego de uma política local de subsídios para a população de baixa renda, que pode ser através de uma tarifa social ou do subsídio cruzado.

Entretanto, a discussão em torno do modelo de gestão para o tratamento de água e esgoto está se tornando uma das grandes pautas da década.

Se fizermos um comparativo com alguns países da Europa como França, Alemanha, Bélgica e Itália, conforme mostra o filme *Water Makes Money*, os prefeitos que privatizaram o saneamento estavam envolvidos em corrupção. Alguns prefeitos chegaram a receber das

empresas privadas, como da *Lyonnaise des Eaux* e da *Veolia*, cerca de dois milhões de euros por entregarem o sistema.

Porém, várias cidades, dentre elas Paris, após vários anos de privatização, resolveram reestatizar o saneamento. Os principais problemas que os municípios da Europa enfrentaram com a privatização foram os seguintes: monopolização do conhecimento, de todo o saber; aumento nas tarifas e diminuição da qualidade da manutenção e renovação das redes, o que lhes possibilitou lucrar mais; perdeu-se toda a influência sobre os preços e sobre a qualidade ecológica; contaminação do lençol freático. Isso é bem demonstrado pelo filme *Water Makes Money*, produzido pela *Kern Filmproduktion GmbH*.

Já Bolívia, Argentina e Uruguai são países da América Latina que discutiram amplamente o modelo de gestão dos serviços de abastecimento de água e optaram por mantê-lo sob controle público. Em alguns casos, os serviços, que foram privatizados, voltaram a ser públicos, em função de reajustes abusivos das tarifas (no Uruguai a Suez aumentou a tarifa em mais de 700%), da exclusão de segmentos da população pobre, da má qualidade da água fornecida à população e desinteresse em investir em regiões não rentáveis, conforme mostra o filme *Water Makes Money*.

No Rio Grande do Sul apenas o Município de Uruguaiana privatizou o saneamento básico. Outros municípios como São Borja e São Luiz Gonzaga lançaram editais de licitação, mas tiveram problemas junto ao Tribunal de Contas do Estado. A alegação destes municípios que querem privatizar o saneamento é de que a Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento) não investe o montante necessário. Já a Corsan alega que os contratos antigos não exigiam investimento em esgotamento sanitário, o que veio a ocorrer com os contratos de programa, originados a partir da promulgação da Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Para Pazuch (2011) a divulgação recente em meio digital da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB 2000) e do Atlas do Saneamento, através do IBGE, oportunizou o conhecimento mais a fundo sobre os serviços oferecidos de abastecimento de água; coleta e tratamento de esgotos; coleta, tratamento e destino final de resíduos sólidos no Rio Grande do Sul. A divulgação destes dados, complementados pelos dados do Censo 2000, permitiu também a comparação da situação desses serviços no RS em relação às unidades da Federação e ao Brasil, bem como a identificação, para alguns pontos específicos, da situação no conjunto dos 497 municípios do RS.

Apontamento feito por Pazuch (2011), de acordo com o Censo 2000, no Brasil, dos 44.795.101 domicílios, 34.859.393 ou 77,82% encontram-se ligados à rede geral de

abastecimento de água. Já entre os estados brasileiros, esses percentuais variam entre 30,75% e 93,50%. O RS apresenta uma taxa de 79,66%, superior, portanto, à brasileira, estando entre os dez estados que apresentam os maiores percentuais de atendimento desse serviço. O percentual da população gaúcha atendida pela rede de abastecimento de água alcança 81,5%, superior à taxa brasileira, que é de 76,1%, segundo o Atlas do Saneamento. O Estado apresenta a quinta maior taxa de atendimento entre os estados brasileiros.

Pazuch (2011) considera que embora os dados sobre abastecimento de água mostrem a posição relativamente privilegiada do RS no conjunto do país, deve-se ponderar que dos 3.042.039 domicílios existentes em 2000, 618.775 não possuem ligação com a rede geral de abastecimento de água. Entre os 467 municípios do RS, 53 apresentam somente 0% a 20% dos domicílios ligados à rede; e, desses, 7 municípios não contam com domicílios ligados à rede. E, ainda, encontram-se aquém da taxa do Estado, 364 municípios. O abastecimento por poço particular destaca-se dentre as principais soluções alternativas utilizadas na falta de rede de abastecimento de água.

Tabela 1 - Proporção de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água, segundo o Rio Grande do Sul e o Brasil - 2000

País / Estado	Proporção de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água (%)	
	Ligados	Não ligados
Brasil	77,82	22,18
Rio Grande do Sul	79,66	20,34

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000. Rio de Janeiro, 2002. 431p.

Quanto ao esgotamento sanitário, no Brasil, 33,5% dos domicílios são atendidos por rede geral de esgoto. O atendimento chega ao seu nível mais baixo na região Norte, onde apenas 2,4% dos domicílios são atendidos, seguidos da região nordeste (14,7%), Centro-Oeste (28,1%) e Sul (22,5%). A região sudeste apresenta o melhor atendimento: 53,0% dos domicílios têm rede geral de esgoto. Dos 5.507 municípios existentes em 2000, 2.630 não eram atendidos por rede coletora, utilizando soluções alternativas como fossas sépticas e sumidouros, fossas secas, valas abertas e lançamentos em cursos d'água. (BRASIL, 2002).

Tabela 2 - Proporção de domicílios atendidos por rede geral de esgoto, segundo as Grandes Regiões - 2000

Grandes Regiões	Proporção de domicílios atendidos por rede geral de esgoto (%)	
	Possuem	Não possuem
Brasil	33,5	66,5
Norte	2,4	97,6
Nordeste	14,7	85,3
Sudeste	53,0	47,0
Sul	22,5	77,5
Centro-Oeste	28,1	71,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000. Rio de Janeiro, 2002. 431p.

Ainda relacionado ao esgotamento sanitário, a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000 aponta:

Do total de municípios brasileiros 47,8% não têm coleta de esgoto. O Norte é a região com a maior proporção de municípios sem coleta (92,9%), seguido do Centro-Oeste (82,1%), do Sul (61,1%), do Nordeste (57,1%) e do Sudeste (7,1%). Nesses casos, os principais receptores do esgoto *in natura* não coletado são os rios e mares, comprometendo a qualidade da água utilizada para abastecimento, irrigação e recreação. No Brasil, dos 52,2% dos municípios que têm esgotamento sanitário, 32,0% têm serviço de coleta e 20,2% coletam e tratam o esgoto. Em volume, no país, diariamente, 14,5 milhões m³ de esgoto são coletados, sendo que 5,1 milhões m³ são tratados. O Sudeste é a região que tem a maior proporção de municípios com esgoto coletado e tratado (33,1%), seguido do Sul (21,7%), Nordeste (13,3%), Centro-Oeste (12,3%) e Norte (3,6%). (BRASIL, 2002, p. 1).

Tabela 3 - Proporção de municípios, por condição de esgotamento sanitário, segundo as Grandes Regiões - 2000

Grandes Regiões	Proporção de municípios, por condição de esgotamento sanitário (%)		
	Sem coleta	Só coletam	Coletam e tratam
Brasil	47,8	32,0	20,2
Norte	92,9	3,5	3,6
Nordeste	57,1	29,6	13,3
Sudeste	7,1	59,8	33,1
Sul	61,1	17,2	21,7
Centro-Oeste	82,1	5,6	12,3

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000. Rio de Janeiro, 2002. 431p.

Nos municípios a disparidade quanto aos serviços prestados se repete: quanto maior a população do município, maior a proporção de domicílios com esgotamento sanitário. Os

municípios com mais de 300.000 habitantes têm quase três vezes mais domicílios ligados à rede geral de esgoto do que os domicílios em municípios com até 20.000 habitantes. (BRASIL, 2002).

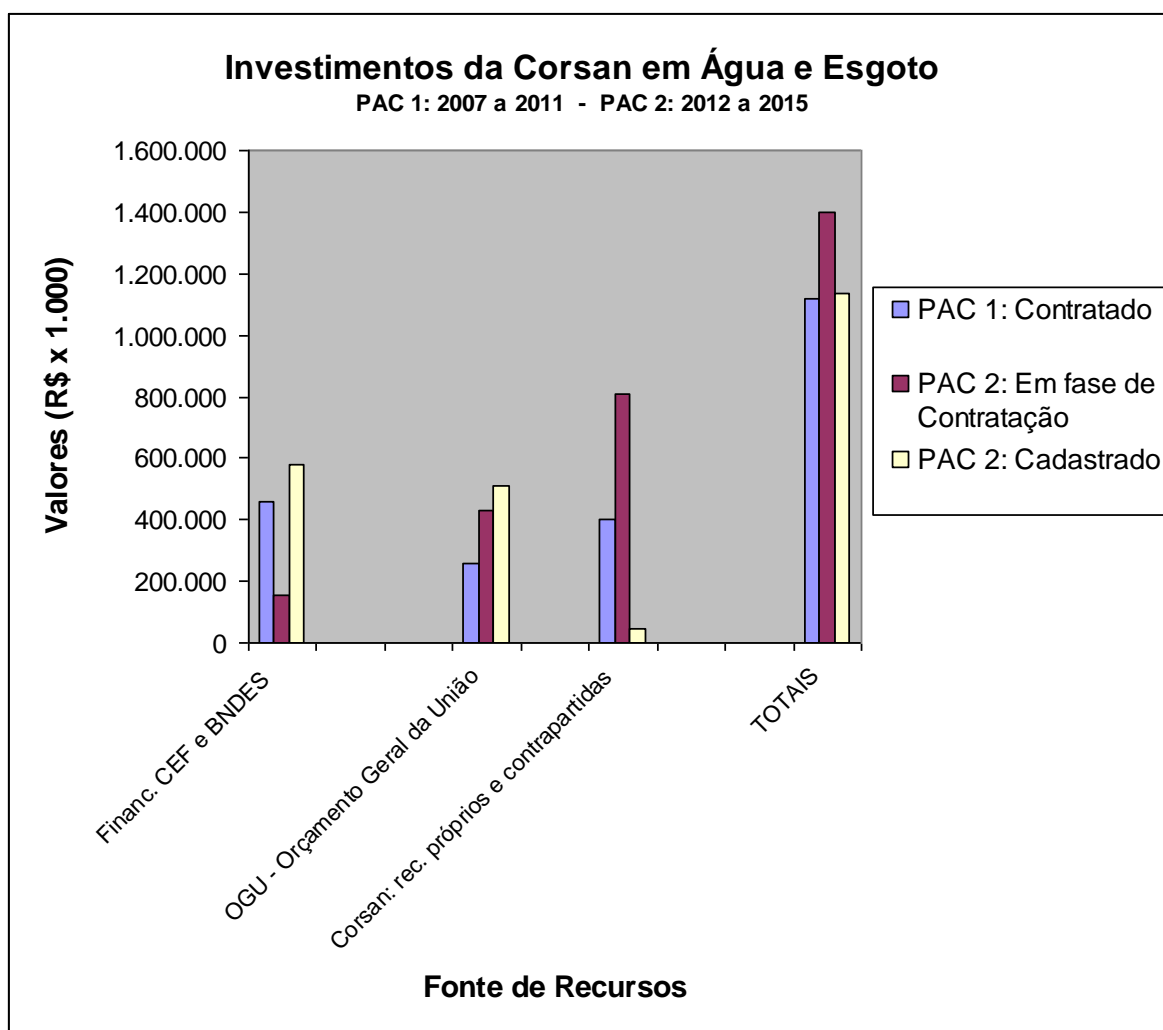
Diante desse quadro, os municípios gaúchos através das empresas municipais de saneamento e o governo do Estado através da Corsan, têm investido significativos recursos financeiros para ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água, bem como na implantação e ampliação do sistema de esgotamento sanitário. Conforme Demonstrações Contábeis de 2010, apresentada no Relatório da Administração, a Corsan fez investimentos de R\$ 251.597.028,41 em abastecimento de água e esgotamento sanitário em vários municípios. (COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO, 2011).

Na Corsan os recursos financeiros utilizados são de origem própria, do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, da Caixa Econômica Federal – CEF, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e do Orçamento Geral da União – OGU (recursos não onerosos, mas com contrapartida). Com exceção do OGU, os demais recursos financeiros são linhas de financiamentos que sustentam os investimentos que o RS está implementando através da Corsan. (CREA-RS, 2011).

“No Rio Grande do Sul, somente na Corsan foram contratados no PAC I e II mais de R\$ 2,5 bilhões.” (CREA-RS, 2011, p. 29).

Entretanto, conforme planilha anexa (Anexo A), elaborada pela Superintendência de Planejamento, Orçamento e Gestão da Corsan os valores dos financiamentos obtidos através do PAC 1 e 2 estão no montante de R\$ 1,7 bilhão, pois não estão considerados na planilha os aumentos de contrapartida da Corsan, ou seja, a planilha contém os valores de contrapartida originais. Os financiamentos com o status de “contratado” referem-se a financiamentos já liberados pelos órgãos financiadores e as obras já foram executadas ou estão em fase de execução. Já os financiamentos com o status de “em contratação” referem-se a financiamentos que estão em fase de liberação pelos órgãos financiadores, sendo que o prazo de desembolso refere-se ao prazo para realizar o processo licitatório e início das obras.

Gráfico 1 - Investimentos da Corsan em água e esgoto, através de recursos do PAC



Fonte: Conselho em Revista – CREA-RS – setembro/2011.

Na universalização dos serviços de saneamento básico a Corsan destaca-se das empresas privadas por utilizar o subsídio cruzado. A Corsan atua em municípios superavitários e deficitários, fazendo um equilíbrio de contas. A tarifa é única para todos, embora os pequenos municípios geralmente dêem prejuízo. A arrecadação obtida em municípios maiores, como regra, permite o equilíbrio e o investimento na prestação qualificada do serviço também nos pequenos municípios. Já a privatização acaba com essa lógica: as empresas só terão interesse em assumir a prestação dos serviços nos municípios onde o lucro se mostrar uma possibilidade concreta. (VIEGAS, 2011).

Portanto, conhecer a situação atual do saneamento básico no Rio Grande do Sul e no Brasil é de fundamental importância para a universalização do serviço. A população e poder público deverão estabelecer metas para o acesso a serviços de boa qualidade e devem decidir quando e como chegar à universalização dos serviços de saneamento básico.

Partindo das considerações acima, *qual o diferencial que as empresas públicas podem oferecer na provisão de saneamento básico aos municípios do Rio Grande do Sul para universalizar o serviço?*

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo é composto por quatro itens de pesquisa bibliográfica onde foram pesquisados conceitos relacionados ao tema do trabalho.

O primeiro item apresenta a dicotomia público/privado e a relação entre o Estado e o mercado. Aborda, essencialmente, que o público tem preferência sobre o privado. Que aquilo que em um determinado momento é tido como público pode não o ser em outro. Mostra o movimento pendular onde a sociedade ora está mais ao lado do Estado e ora mais ao lado do mercado.

O segundo item apresenta conceitos de desestatização, privatização e desregulamentação dos serviços públicos, que podem levar à exclusão social. A regulamentação bem definida é essencial quando se tratar de serviços públicos que passem a ser objeto de concessões às empresas privadas. Caso contrário, haverá exclusão social. Aborda, ainda, a importância dos investimentos públicos em infra-estrutura, reconhecidos pelo BIRD.

O terceiro item aborda as organizações burocráticas e a opção pelo critério da eficiência ou da justiça social. Para Misoczky (2001), assumir o critério da eficiência como determinante, implica em estabelecer práticas de gestão em que os membros da burocracia se tornam agentes em competição por fundos e por contratos. Assumir o critério da justiça social como determinante implica encontrar formas inovadoras de organizar e gerir, que expressem claramente compromissos com setores e grupos excluídos nos diferentes contextos sociais, que incluam o recrutamento de membros de grupos minoritários e excluídos e, mais que isso, que estabeleçam relações de compromisso e de parceria com organizações da sociedade e com cidadãos ativos.

Já o quarto item apresenta o subsídio cruzado no saneamento, sua importância fundamental para a universalização do saneamento básico no Brasil, no estado de São Paulo e no Rio Grande do Sul. Em SP e no RS, em regra, os municípios maiores (superavitários) acabam subsidiando os municípios menores (deficitários) do resto do estado.

5.1 A DICOTOMIA PÚBLICO/PRIVADO E A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E O MERCADO

Referente à dicotomia público/privado, Coelho (2009a, p. 14-15) considera:

No caso da dicotomia público/privado, significa que aquilo que está na esfera pública deve necessariamente estar fora da esfera privada, e tudo o que não se situar na esfera pública deve estar obrigatoriamente contido na esfera privada. De acordo com essa lógica de ferro, um termo exclui necessariamente o outro, e ambos recobrem a totalidade do existente e do imaginável. No entanto, no mundo real, as definições nem sempre são tão claras quanto no mundo dos conceitos.

A definição da esfera pública é uma construção, ao mesmo tempo, intelectual e coletiva. Isso quer dizer que na substância ou na materialidade das coisas não há nada que nos permita situar, inequivocamente, um bem ou um serviço nela. A construção da esfera pública é, na verdade, resultado de uma convenção social específica. Assim sendo, irá integrar a esfera pública aquilo que toda coletividade, e não apenas uma parte dela, pactuar, explícita ou implicitamente, ser de interesse comum.

Disso se conclui logicamente que não há nada que seja intrinsecamente público nem intrinsecamente privado, já que a definição de ambos resulta de convenção coletiva.

Após definidos os conceitos desta maneira, você irá perceber que o público tem preferência sobre o privado, pois a delimitação da esfera pública irá anteceder, temporal e logicamente, a abrangência da esfera privada.

“A construção da esfera pública será também sempre historicamente delimitada. Aquilo que em um determinado momento histórico é considerado como indubitavelmente público pode não o ser em outro.” (COELHO, 2009a, p. 15).

Na esfera pública os indivíduos são sempre idealizados como cidadãos, seja na posição de agentes do poder público, isto é, de servidores do Estado, seja na qualidade de simples usuários dos serviços públicos ou indivíduos submetidos às leis e normas impostas pelo Estado. (COELHO, 2009a).

Já na esfera privada os indivíduos são idealizados como pessoas físicas à procura da realização de seus interesses particulares, podendo se associar e constituir pessoas jurídicas com a finalidade de atingir os mais diferentes objetivos, quer sejam econômicos, políticos, religiosos, culturais etc. (COELHO, 2009a).

Para Dagnino (2009) a redefinição das fronteiras entre o público e o privado exige um cuidado especial. É necessário decidir quais áreas ou setores podem ser desregulamentados pela vontade única do Estado e quais devem ser objeto de decisão racional, com participação da sociedade e de implementação e avaliação direta do Estado.

Coelho (2009a) ressalta que a primazia e precedência do público sobre o privado vão fazer com que os limites entre um e outro sejam sempre móveis. Em alguns períodos o Estado avançando sobre a esfera privada, em outros retrocedendo, tal como no movimento pendular. Existem algumas áreas de atuação que atualmente são consideradas como pertinentes do

poder público; outras nas quais não há consenso e outras ainda que provocam intensos embates.

Os princípios que norteiam a Administração Pública no Brasil encontram-se amparados pelo Direito Público em quase todos os países. São os seguintes: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (COELHO, 2009a)

“O princípio da legalidade é o que estabelece a supremacia da lei escrita, condição sem a qual não poderia existir o Estado Democrático de Direito. O objetivo principal desse princípio é evitar o arbítrio dos governantes.” (COELHO, 2009a, p. 52).

Sobre a Lei nº 8.666, referente às licitações, Coelho (2009a, p. 66) enfatiza:

A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, estabeleceu os princípios e normas gerais sobre licitações e contratos administrativos referentes a obras e serviços – inclusive de publicidade –, compras, alienações, concessões, permissões e locações no âmbito de todos os Poderes da União, Estados, Distrito Federal e municípios, extensivos aos seus fundos especiais, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas direta ou indiretamente por qualquer dos entes da Federação.

Posteriormente à Lei das Licitações, de 1993, foram introduzidas inovações nas relações entre público e privado, através das seguintes leis, conforme aponta Coelho (2009a, p. 69):

A Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que disciplina a concessão e permissão de prestação de serviços públicos a agentes privados, e que fornece o quadro legal para as privatizações feitas durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.
A Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que estabelece as normas gerais para a licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas (PPPs), mediante as quais a Administração Pública, em todas as esferas, passa a contratar empresas privadas para a realização de obras e prestação de serviços que envolvam um montante superior a R\$ 20 milhões, transferindo-lhe recursos públicos para a manutenção dos serviços e garantia do seu equilíbrio financeiro somente após a realização das obras contratadas.

“Essas inovações são indicações suficientes do quanto o Estado brasileiro tem procurado o setor privado como parceiro para realizar obras e prestar serviços de interesse público.” (COELHO, 2009a, p. 69).

“De acordo com o sociólogo alemão Max Weber, o que caracteriza o Estado é o monopólio do exercício legítimo da força em uma sociedade.” (COELHO, 2009b, p. 16).

Além do estilo monopolista do poder do Estado, que foi ressaltado por Weber, o pensador italiano Norberto Bobbio colocou em evidência duas características distintivas do poder estatal, conforme citado por Coelho (2009b, p. 17):

Universalidade: o Estado toma decisões em nome de toda a coletividade que ele representa, e não apenas da parte que exerce o poder.

Inclusividade: em princípio, nenhuma esfera da vida social encontra-se fora do alcance da intervenção do Estado. Isso, no entanto, não significa que o Estado tenha de intervir ou regular tudo – apenas os Estados totalitários têm essa pretensão –, mas que é prerrogativa do Estado definir as áreas em que irá ou não irá intervir, conforme o tempo, as circunstâncias e o interesse público.

Coelho (2009b) salienta que recentemente apareceu um novo termo – governança – que procura explicar outros elementos envolvidos na capacidade de interferência do Estado na sociedade e que pareciam não estar adequadamente envolvidos pelo termo “governabilidade”. Embora não suficientemente consolidado, o novo termo põe em evidência as interações entre o Estado e os vários atores não governamentais para se alcançar resultados de interesse público. O foco deixa de ser a capacidade interventora e indutora do Estado e passa a atuar como coordenador dos diversos empenhos – públicos e privados – para gerar benefícios coletivos. Independentemente de quão frágil ou promissor seja esse novo conceito, ele tem a qualidade de voltar a atenção para as relações almejáveis entre Estado e sociedade.

Rediscutir as relações entre Estado e sociedade foi a questão central dos filósofos iluministas, à qual a teoria econômica clássica inseriu um novo conceito que veio para ficar: o de mercado. A partir daí, as relações entre Estado e sociedade começaram a ser pensadas e analisadas como uma relação entre Estado e mercado. (COELHO, 2009b).

Relacionado ao mercado e à concorrência, Coelho (2009b, p. 23) argumenta:

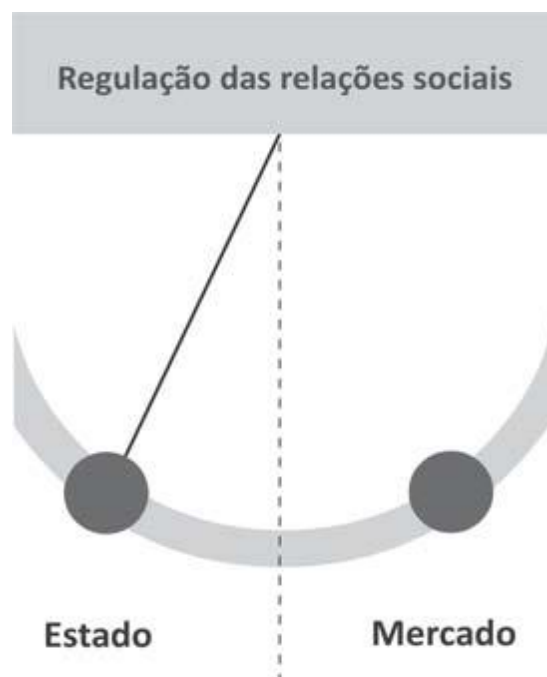
Mercado autorregulável e concorrência são a pedra de toque do liberalismo econômico. Da adequada relação entre Estado e mercado dependeria o crescimento econômico e o bem-estar social. No entanto, esse ponto de equilíbrio entre liberdade econômica e intervenção do Estado nunca foi encontrado, fazendo com que a história das sociedades capitalistas – sobretudo a partir do século XX – fosse marcada por um movimento pendular: ora mais liberdade de mercado, ora mais intervenção do Estado.

Descrevendo a relação entre Estado e mercado, especificamente o chamado movimento pendular, Coelho (2009b, p. 24-25) descreve:

Embora a história seja um movimento constante de transformação – mais lento em determinados momentos, mais acelerado em outros – as mudanças e avanços produzidos ao longo do tempo fazem-se, aparentemente, em zigue-zague, mas certamente não em linha reta. No que se refere especificamente às relações entre Estado e mercado nas sociedades capitalistas, observa-se um movimento pendular, em que figuram como as duas principais referências ordenadoras da vida social:

- Estado, situado à esquerda; e
- Mercado, à direita – quando a sociedade é o próprio pêndulo a oscilar entre os princípios opostos. Veja a Figura 1:

Figura 1 - Movimento pendular das sociedades capitalistas



Fonte: Coelho (2009b)

A partir de um determinado momento em que o pêndulo chega ao seu ponto máximo à direita e os mecanismos de mercado mostram-se insuficientes para estimular o investimento privado, o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, a sociedade começa a inclinar-se à esquerda, buscando cada vez mais a intervenção do Estado como forma de corrigir as falhas de mercado, sanar as suas insuficiências e recriar as bases para a retomada dos investimentos, expansão da economia e aumento do bem-estar.

No momento em que o pêndulo chega ao seu ponto máximo à esquerda e a intervenção do Estado na regulação da vida social e econômica não se mostra mais capaz de promover o crescimento econômico e o bem-estar dos indivíduos – passando a ser percebido como um empecilho ao investimento privado, que é a condição necessária para a expansão econômica nas sociedades capitalistas, tem início o movimento oposto da sociedade em direção à direita, com a retração do Estado em favor dos mecanismos de regulação de mercado.

A imagem metafórica do pêndulo social, oscilando entre direita e esquerda, pode bem ilustrar a alternância entre os princípios dominantes de organização das relações sociais, mas é insuficiente para explicar como, em cada momento específico, as relações entre o Estado e o mercado, de fato, se estabelecem. Para esse movimento, a figura mais adequada é a da espiral, que agrega uma outra dimensão nesse movimento.

Além de oscilar entre os princípios opostos à direita e à esquerda, as relações entre Estado e mercado assumem conformações distintas no espaço ao longo tempo, de forma que não se possa, rigorosamente, falar de retorno a um ponto de partida, como seria o caso do pêndulo de um relógio. Dito de outra forma, as relações entre Estado e mercado nunca se repetem no tempo, renovando-se constantemente.

Relacionado ao Estado e à agenda neoliberal, Coelho (2009b) faz algumas ponderações importantes. Inicialmente enfatiza que a agenda neoliberal – colocada em prática, primeiro na Inglaterra e nos Estados Unidos, e posteriormente em diversos países do

mundo, inclusive sob governos socialistas, como o de Felipe González, na Espanha (1982-1996) – seria baseada no tripé: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados. Os defensores dessa agenda argumentavam ser necessário desregular os mercados porque a quantidade excessiva de regras e controles do Estado sobre a economia inibia os investimentos privados, comprometendo o desenvolvimento econômico.

A favor das privatizações, declarava-se que as empresas estatais seriam ineficientes e deficitárias, porque mantidas sob a proteção do poder público ao abrigo das leis do mercado. A consequência dessa ineficiência resultaria em crescentes déficits a serem pagos pelos contribuintes. A privatização dessas empresas, com a exposição às leis do mercado, teria por objetivo torná-las eficientes e lucrativas, além de tirar a carga pela sua manutenção do Estado. Com isso, liberaria recursos públicos para serem investidos em áreas em que o Estado tem obrigatoriedade de investir, como educação, saúde e assistência social. (COELHO, 2009b).

Mintzberg (1998) ressalta que a sociedade, nos últimos anos, esteve metida no debate sobre a alocação de recursos entre o setor público e privado. Seja na forma de capitalismo versus comunismo, privatização versus nacionalização, ou livre mercado contra controle governamental os argumentos sempre jogaram as forças privadas, individuais, contra as públicas e coletivas. É hora de reconhecermos as limitações destas dicotomias. Existem organizações em mãos privadas, seja de indivíduos ou dividida em ações. Há também organizações pertencentes ao público, contudo devêssemos dizer de propriedade do Estado, porque o Estado age em nome do público. A sociedade não tem controle direto sobre as organizações públicas, bem como consumidores ou pequenos acionistas não controlam as organizações privadas. Há outros dois tipos de propriedade que devem despertar nossa atenção.

Mintzberg (1998) faz referência a organizações cuja propriedade é cooperativa, controladas por seus fornecedores (como as cooperativas agrícolas), por seus consumidores (como as cooperativas de seguro mútuo) ou por seus empregados (em empreendimentos comerciais e de serviços). Isso ocorre em todos os países do ocidente, inclusive nos EUA. Há também as organizações denominadas de sem proprietários *nonowred organizations*, que são controladas por conselhos autoindicados. São denominadas como organizações não governamentais, não comerciais e não cooperativas. Conforme Mintzberg (1998), os EUA estão cercados por organizações sem proprietários. Como exemplos, ele cita a Universidade de Chicago de Milton Friedman, a Cruz Vermelha e o *Greenpeace*.

Hoje, segundo Mintzberg (1998), prevalece a opinião favorável à privatização dos serviços públicos. Uma parte dessa tendência é até justificável, outra é apenas falácia. Se

somos capazes de identificar o que não é da conta do Estado, deveríamos também ser capazes de distinguir o que não é da conta dos negócios. Examinemos os casos dos jornais. Devem as sociedades democráticas aceitar que todos os jornais pertençam às empresas privadas, especialmente quando se centralizam em poucos proprietários, podendo exercer grande influência política se assim o desejarem? Já existem outros modelos de propriedade entre os jornais mais importantes do mundo. *The Guardian*, na Inglaterra, não tem proprietários, e o *Le Monde*, da França, pertence a várias cooperativas de jornalistas e de leitores e a outras instituições. Não podemos esquecer que o objeto da democracia é o povo livre, e não instituições livres. Fariamos um bem enorme em buscar o equilíbrio na sociedade, antes que o capitalismo consiga realmente vencer.

Leite Júnior (2009), ao destacar as reformas na área econômica e financeira, realizadas no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, cita o fim do monopólio estatal nas áreas de energia, siderurgia e telecomunicações; e a execução da maior parte do Plano Nacional de Desestatização.

Referente ao Plano Nacional de Desestatização, Leite Júnior (2009, p. 67) considera:

Dentro do Plano Nacional de Desestatização, foram vendidos diversos ativos de propriedade da União e outros com participação minoritária do Estado. Foram arrecadados US\$ 78 bilhões com a venda e transferidos US\$ 15 bilhões de dívidas das empresas.

Na indústria petroquímica, as principais empresas privatizadas foram: Copene, Salgema, Nitrocarbono, Polipropileno e Polibrasil. Na área mineral, o destaque foi a venda da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997. No campo financeiro, resultado do saneamento do sistema bancário, foram leiloados o Banco Meridional, Banespa, BEG, BEA, Credíreal, Banerj, Bemge, Bandepe, Baneb, Banestado e Paraíba. No setor de energia foram vendidas a ESCELSA, a Light e a Gerasul. No setor de transporte, a Rede Ferroviária Federal foi desmembrada em sete malhas regionais, que foram vendidas separadamente. Também foi elaborada a Lei de Modernização dos Portos, que permitiu a desestatização, desregulamentação e implantação de leis do mercado no setor de transporte marítimo. No setor de telecomunicações, foram privatizadas empresas de telefonia fixa (Telesp, Tele Centro Sul e Tele Norte Leste), de telefonia celular (Telesp Celular, Tele Sudeste Celular, Telemig Celular, Tele Celular Sul, Tele Nordeste Celular, Tele Leste Celular, Tele Centro Oeste Celular e Tele Norte Celular) e a Embratel, operadora dos serviços de longa distância.

Acerca de privatização, desregulação e liberalização dos mercados, Dagnino (2009, p. 38) enfatiza:

Privatização, desregulação e liberalização dos mercados têm impedido que o Estado brasileiro se concentre em saldar a dívida social e, enquanto Estado-nação – capitalista, por certo, assumir suas responsabilidades em relação à proteção aos mais fracos, à desnacionalização da economia e à subordinação aos interesses do capital globalizado. Assumir essas responsabilidades e materializar os processos de democratização e redimensionamento do Estado são desafios interdependentes e

complementares que demandam de maneira evidente [a Gestão Pública] [...] e, no plano operacional, da implementação das ações, que não poderão prescindir do PEG.

Tabela 4 – Síntese de conceitos

Esfera pública	A definição da esfera pública é uma construção, ao mesmo tempo, intelectual e coletiva. Isso quer dizer que na substância ou na materialidade das coisas não há nada que nos permita situar, inequivocamente, um bem ou um serviço nela. A construção da esfera pública é, na verdade, resultado de uma convenção social específica. Os indivíduos são sempre idealizados como cidadãos, seja na posição de agentes do poder público, isto é, de servidores do Estado, seja na qualidade de simples usuários dos serviços públicos ou indivíduos submetidos às leis e normas impostas pelo Estado.
Esfera privada	Os indivíduos são idealizados como pessoas físicas à procura da realização de seus interesses particulares, podendo se associar e constituir pessoas jurídicas com a finalidade de atingir os mais diferentes objetivos, quer sejam econômicos, políticos, religiosos, culturais etc.
O que caracteriza o Estado	É o monopólio do exercício legítimo da força em uma sociedade.
Duas características distintivas do poder estatal	Universalidade: o Estado toma decisões em nome de toda a coletividade que ele representa, e não apenas da parte que exerce o poder. Inclusividade: em princípio, nenhuma esfera da vida social encontra-se fora do alcance da intervenção do Estado. Isso, no entanto, não significa que o Estado tenha de intervir ou regular tudo – apenas os Estados totalitários têm essa pretensão –, mas que é prerrogativa do Estado definir as áreas em que irá ou não irá intervir, conforme o tempo, as circunstâncias e o interesse público.
Governança	É um termo de origem recente que surgiu procurando explicar as complexas relações entre Estado e sociedade nas sociedades contemporâneas.
Movimento pendular	Refere-se especificamente às relações entre Estado e mercado nas sociedades capitalistas, em que figuram como as duas principais referências ordenadoras da vida social: - Estado, situado à esquerda; e - Mercado, à direita – quando a sociedade é o próprio pêndulo a oscilar entre os princípios opostos.
Agenda neoliberal	Baseada no tripé: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados.
Plano Nacional de Desestatização	Foram vendidos diversos ativos de propriedade da União e outros com participação minoritária do Estado.

5.2 DESESTATIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS LEVAM À EXCLUSÃO SOCIAL

Bursztyn (1998) assinala que a agregação de novas funções ao Estado pode acontecer de duas formas: pela incorporação por parte do setor público de uma atividade que já existia anteriormente, ou pela manifestação de uma nova preocupação social, que se torna objeto de políticas de regulação ou de regulamentações. No primeiro caso, cita-se o caso da educação, que existia de forma seletiva e privada, com monopólio da Igreja, mas ao se tornar universal e obrigatória passou a constituir uma área específica de atuação do Estado. No segundo caso, o exemplo da proteção ao meio ambiente, que se torna preocupação mundial dos governos nos

últimos 25 anos, marcando o surgimento de organizações ambientais em quase todos os países.

O debate sobre eficiência, que segundo Bursztyn (1998) tem servido de pano de fundo aos defensores da redução do tamanho do Estado, deve estar condicionado a dois parâmetros bem claros e diferenciados: por um lado, a busca de uma melhor performance, que envolve decisões e técnicas administrativas; e, por outro, a revisão da atuação e das funções do poder público. Este último parâmetro, que aparece no rol de discussão referente às reformas do Estado, não pode ser confundido com o primeiro. Ele deve ser avaliado à luz das peculiaridades de cada sociedade, do nível de pertinência e atualidade de cada uma das funções do poder público, das possibilidades e riscos de uma transferência de competências públicas a esferas privadas ou públicas não-estatais.

Relacionado ao neoliberalismo e a preeminência do mercado sobre o Estado, Bursztyn (1998, p. 154-155) considera:

O modo como o neoliberalismo vem pregando a hegemonia do mercado sobre o Estado, na regulação dos sistemas econômico-sociais, coloca-os em posição comparável a de revolucionários. *Apud* Touraine (1994:145) chama a atenção para o fato de que “os liberais e os revolucionários têm em comum o fato de não pensarem em termos de agentes, mas em termos de racionalidade do sistema, quer seja uma questão de leis de mercado ou de socialismo científico”. Para o autor, o Estado é sempre o agente central de mudança dos sistemas. Daí, “a ação revolucionária consiste em assumir o controle do Estado, a fim de dirigir esta mudança” (*ibid.*). Quanto a este aspecto, cabe assinalar que a “revolução neoliberal”, ainda que na aparência se valha do dismantelamento de Estado, busca, na verdade, a conquista do mesmo, como forma de viabilizar a construção de um outro Estado: onde o mercado substitua as formas de mediação entre os diferentes atores sociais; onde o econômico substitua o social; onde a concorrência substitua a cooperação; onde o Eu substitua o Nós.

Conforme Bursztyn (1998), uma confusão periódica que vem ocorrendo no debate sobre a reforma do Estado é a da diferença entre “regulação” e “regulamentação”, que não tem o mesmo significado. O papel do Estado, independentemente do nível de intervenção direta enquanto ator econômico é o de regular as relações entre os diferentes agentes do sistema econômico-social. Para regular, pode utilizar dois mecanismos: a regulamentação e a ação direta. Um não elimina o outro, mas a intensificação do uso dos dois, nas décadas precedentes, exacerbou o poder estatal e fragilizou as instituições públicas.

Bursztyn (1998) salienta que no atual processo de reformas, as propostas minimalistas têm dado destaque à simultaneidade da desregulação e da desregulamentação. Entende que os riscos de tal comportamento são graves. No caso das empresas públicas, que por seu caráter estatal já representam instrumentos de regulação, o Estado não necessita de muitas

regulamentações; mas quando se pensa em privatização, é necessário que sejam definidas regras de funcionamento, com a definição de um marco regulatório, especialmente quando se tratar de serviços públicos que passem a ser objeto de concessões às empresas privadas.

Relacionado aos países endividados do Terceiro Mundo e ao Sistema Financeiro Internacional, Bursztyn (1998) aponta:

Ao longo dos últimos 20 anos, muito se tem noticiado sobre o esforço dos países endividados do Terceiro Mundo em termos de equacionar seus débitos frente ao Sistema Financeiro Internacional. O Fundo Monetário Internacional — FMI, instituição que opera como verdadeira guardiã dos grandes bancos, desempenhou um importante papel enquanto força promotora ou indutora de reformas nas estruturas estatais dos países que buscavam renegociar suas dívidas externas. O receituário, sempre baseado em princípios de redução dos gastos do setor público, inclusive dos subsídios a atividades econômicas, segue um modelo generalizado, aplicável a qualquer país.

Esse foi o “pano de fundo” de um traumático processo de dismantelamento institucional das estruturas estatais em vários países. O sucateamento das instituições era acompanhado também pelo sucateamento dos seus recursos humanos, de tal forma que operava-se um perverso ciclo vicioso, que invariavelmente remetia a uma perda de eficiência e de credibilidade no papel do Estado em cumprir certas funções. A missão providencial do poder público, em termos de identificar estratégias e promover o desenvolvimento, é substituída, no discurso tecnocrático, pelo mercado, entendendo-se este como um *deus ex-machina*.

Bursztyn (1998) salienta que as privatizações de empresas públicas, que seguem orientação tácita os receituários do FMI e do Banco Mundial, nem sempre significavam um aumento da eficiência social, especialmente aquelas relativas a serviços públicos. A busca de maiores resultados econômicos, no curto prazo, acabou levando a uma extraordinária negligência com o caráter público da prestação de certos serviços públicos. O episódio argentino é rico em exemplos a esse respeito. Telefonia, saneamento, energia e transportes urbanos foram privatizados e não foram objetos de regulamentações que servissem de salvaguarda aos interesses públicos. Esses serviços passaram a nortear-se principalmente no rumo da rentabilidade (“qualidade e produtividade”), distanciando-se do princípio da universalização do atendimento à população. Assim, paralelamente ao surgimento do conceito de “cliente” como o objeto da busca de satisfação, ocorre também uma perversa redução no universo desses beneficiários, com a exclusão de uma parte dos usuários, aqueles que não constituíam um mercado no sentido econômico do termo, da categoria de clientes.

Bursztyn (1998) enfatiza que o episódio argentino é também eloquente, para mostrar o quanto a fragilidade das estruturas de mercado, na conjuntura social marcada pela pobreza de amplas camadas da população, pode conduzir a situações de exclusão social. Evidencia, também, a função universalizadora do Estado, na extensão dos serviços públicos e da

cidadania a todas as classes da população, independentemente da rentabilidade global imediata de uma ou outra empresa prestadora de tais serviços. Portanto, mercado, produtividade e universalidade são conceitos que não podem ser reduzidos à simples análise econômica, em países menos desenvolvidos.

A esse respeito o recente relatório do BIRD, conforme apontado por Bursztyn (1998), parece querer isentar aquele organismo de suas práticas desestatizantes recentes ao reconhecer a função determinante do Estado:

“[...] o Estado tem enorme responsabilidade no desenvolvimento econômico e social de um país e sobre a sustentabilidade do desenvolvimento. O potencial do Estado de alavancar, de promover e de mediar mudanças na busca de fins coletivos não tem limites. Onde tal capacidade foi bem utilizada, as economias floresceram. Mas onde isso não ocorreu, o desenvolvimento chocou-se contra um muro de tijolos.” (BIRD, 1997, p.157 *apud* BURSZTYN, 1998).

O BIRD reconhece em seu relatório anual de 1994, a iniciativa do setor público nos investimentos em infra-estrutura, por exemplo, é decisivo. Dados para a década de 80, justamente o período de pior desempenho dos Estados nas nações em desenvolvimento, indicam que o poder público foi o principal indutor de geração de infra-estrutura, confirmando a tese de que em países pobres o mercado [empresas privadas] não atende a necessidades básicas cujos investimentos são de maior risco e retorno lento. Os investimentos totais em infra-estrutura, numa amostra de países, foram, naquele período, de 20% para nações de baixa-renda e de 22% para as de média-renda. Já os gastos estatais em infra-estrutura foram, respectivamente, de 38 e 58% (BIRD, 1994, p. 14 *apud* BURSZTYN, 1998).

Se atualmente o BIRD ressalta a função do Estado na promoção do desenvolvimento, não se pode dizer que sempre reconheceu sua atuação. Na realidade, tanto o BIRD como o FMI induziram, sobretudo na década de 80, práticas que se baseavam no diagnóstico de que grande parte da responsabilidade pelo atraso e pela instabilidade econômica dos países em desenvolvimento se devia à excessiva intervenção do Estado. Em seus relatórios, estas instituições enfatizam o tema de que o Estado deve confiar mais no mercado como instrumento de alocação e distribuição, deixando maior espaço ao setor privado (BABAI,1992, p. 261 *apud* BURSZTYN, 1998). As políticas de ajuste estrutural, praticadas nos últimos 15 anos na América Latina, são o reflexo dessa doutrina.

Para Bursztyn (1998), o tema da reforma do Estado é um dos grandes desafios intelectuais e políticos desse fim de século. As práticas até aqui experimentadas vêm se mostrando limitadas, principalmente nos países menos desenvolvidos, onde o mercado tem

mostrado fortes restrições em assumir a função de regulador das forças sociais e econômicas, em sociedades tão complexas como as nossas, mas frágeis sob o ponto de vista político-institucional.

“A *razão desestatizante* mostra suas limitações, efetivamente, de forma tão peremptória, que até mesmo as instituições financeiras internacionais parecem estar recuando de sua radicalidade antiestatal.” (BURSZTYN, 1998, p. 159).

Segundo Bursztyn (1998), para essa virada de século o panorama parece ser muito mais o de procura de um novo jeito de atuação estatal do que a continuidade do seu sucateamento e privatizações. “Reestatização” seria um conceito mais adequado, mas para isso várias mudanças seriam necessárias.

No caso brasileiro, considerando questões emergenciais que servem de “pano de fundo” para o debate da reforma do Estado, Bursztyn (1998, p. 159-160) sugere alguns princípios como norteadores:

- Em primeiro lugar, aponta-se o imperativo de se implementar reformas de base, tão consensualmente necessárias, mas tão adiadas por vicissitudes do jogo político continuísta. Nesse contexto inserem-se a reforma agrária, a “despatrimonialização” do Estado, a universalização de fato da educação e das oportunidades sociais, o fim da exclusão social; enfim, a extensão da cidadania a toda a população.
- As regras do jogo devem ser claras e duradouras: não se pode mudar critérios ao belprazer de casuísmos dos dirigentes, que são transitórios e, com frequência, obedecem muito mais à lógica patrimonialista e ao clientelismo político do que a critérios de competência técnica.
- O Estado é perene (ainda que, em sua evolução, passe por mudanças); os governos são temporários e têm a missão de gerir e assegurar o bom funcionamento do Estado. Nesse sentido, os governos têm o dever de melhorar a configuração do Estado e não têm o direito de desmantelá-lo.
- Os servidores são funcionários do Estado e não de governos. A máxima de que o “chefe sempre tem razão” não pode se aplicar automaticamente ao serviço público. Os servidores devem ser uma salvaguarda do bom desempenho das instituições públicas.
- Quem deve ter estabilidade, em primeiro lugar, é o Estado e suas instituições; os servidores não podem colocar a sua estabilidade acima do bem comum.
- A estabilidade não pode ser apenas um direito: ela implica também em deveres. O Estado não pode se converter em um poder voltado prioritariamente para seus servidores: quem deve ser alvo das ações públicas, em geral, é o conjunto da população. Esta, sim, é o “cliente” do Estado.

5.3 AS ORGANIZAÇÕES BUROCRÁTICAS: OPÇÃO PELO CRITÉRIO DA EFICIÊNCIA OU DA JUSTIÇA SOCIAL

Sobre o mercado na Nova Administração Pública, Misoczky (2001, p. 5) destaca:

O enfoque de mercado da Nova Administração Pública, ou '*the entrepreneurial management paradigm*', assume implicitamente que o setor público e o setor privado são similares em sua essência e respondem aos mesmos incentivos e processos; que as agências governamentais podem ser vistas como corpos empresariais que funcionam melhor em um ambiente de mercado competitivo; e que as agências centrais da administração devem estar subordinadas às prioridades e processos orçamentários. (GRAU, 1997, p. 240 *apud* MISOCZKY, 2001, p.5).

Barzelay (1998 *apud* MISOCZKY, 2001), acrescentando aspectos da qualidade total, defende que está acontecendo a manifestação de um novo paradigma organizacional no setor público – o pós-burocrático, que corresponderia ao surgimento de uma nova cultura com relações organizacionais, aspectos operativos, metodologias administrativas, mística e atitudes diferentes. Considera como um indício da manifestação deste paradigma o uso, cada vez mais frequente na administração pública, de termos contemporâneos como clientes, qualidade, serviço, valor, incentivos, inovação, autorização e flexibilidade.

Para Pollit (1990 *apud* MISOCZKY, 2001), a mudança da ideologia gerencial originária no setor privado para a administração pública representa a inserção de um corpo estranho, questionando se uma ética em que os valores principais são a eficiência do lucro e do individualismo é adequada para o setor público. Também critica o anseio de universalidade de um modelo de administração que pode ser aplicado em qualquer conjuntura, ignorando particularidades culturais dos países ou reconhecendo-as apenas para tratá-las como heranças indesejáveis que precisam ser abolidas.

Conforme esta teoria, é evidenciado o uso do artifício discursivo da pressuposição através da adesão ao uso que o discernimento comum faz da palavra burocracia, assim como a omissão proposital da informação de que as organizações privadas, modelo que deve ser copiado, também são organizações burocráticas. (MISOCZKY, 2001).

Misoczky (2001) considera que o principal dilema enfrentado pelos gestores e membros de organizações que atuam no campo das políticas públicas é o de escolher qual o critério a ser utilizado como principal referência para organizar e gerenciar – eficiência econômica ou justiça social, entendendo que não são raras circunstâncias em que estes critérios são conflitantes. Como destaca Braga (2000 *apud* MISOCZKY, 2001), trata-se de aceitar ou negar o caráter fundamentalmente político destas organizações e, em especial, da administração pública, assim como as implicações distributivas das suas ações, em oposição a aceitar a suposta racionalidade superior do mercado.

Relacionado ao critério da eficiência e ao critério da justiça social, Misoczky (2001, p. 9) pondera:

Assumir o critério da eficiência como determinante, assim como a superioridade da racionalidade do mercado, implica em estabelecer práticas de gestão em que os membros da burocracia se tornam agentes em competição por fundos e por contratos. É interessante a semelhança que Braga (2000) encontra entre o perfil de gerente necessário para o sucesso desta lógica e o perfil do tão criticado burocrata maximizador de orçamentos, central na crítica feita à burocracia pelos autores vinculados à teoria da escolha pública.

Assumir o critério da justiça social como determinante implica encontrar formas inovadoras de organizar e gerir, que expressem claramente compromissos com setores e grupos excluídos nos diferentes contextos sociais, que incluam o recrutamento de membros de grupos minoritários e excluídos e, mais que isso, que estabeleçam relações de compromisso e de parceria com organizações da sociedade e com cidadãos ativos.

Para Misoczky (2001), em ambas as circunstâncias a caracterização da burocracia como tecnicamente neutra perde força. Tal neutralidade pode ser bastante funcional para disfarçar a presença de interesses privados sedimentados dentro da administração pública e o descompromisso com as necessidades da população que as organizações deveriam atender.

O argumento central é que as organizações burocráticas não são, por natureza, boas ou más. São, como afirma Perrow (1972 *apud* MISOCZKY, 2001), instrumentos nas mãos dos seus mestres. Como indica Riggs (1997 *apud* MISOCZKY, 2001), seguindo Weber e revisando situações de alguns países, estruturas burocráticas tanto podem ser mantidas sob controle popular em países democráticos, quanto podem sustentar e manter regimes autoritários e sistemas brutais de dominação. Portanto, o tema central é o de instituir formas de controle dos cidadãos sobre o comportamento e a performance de seus membros. Neste sentido, as organizações burocráticas apresentam vantagens, já que a existência de regras, se possível estabelecidas consensualmente, permite que usos impróprios de circunstâncias de poder sejam identificados e confrontados publicamente (Perrow, 1972 *apud* MISOCZKY, 2001).

Tabela 5 – Síntese de conceitos

Privatizações de empresas públicas	Seguia orientação tácita os receituários do FMI e do Banco Mundial, nem sempre significavam um aumento da eficiência social, especialmente aquelas relativas a serviços públicos. A busca de maiores resultados econômicos, no curto prazo, acabou levando a uma extraordinária negligência com o caráter público da prestação de certos serviços públicos. Exemplo: episódio argentino.
Receituário do FMI para as instituições públicas	Sempre baseado em princípios de redução dos gastos do setor público, inclusive dos subsídios a atividades econômicas, segue um modelo generalizado, aplicável a qualquer país. O sucateamento das instituições era acompanhado também pelo sucateamento dos seus recursos humanos, de tal forma que operava-se um perverso ciclo vicioso, que invariavelmente remetia a uma perda de eficiência e de credibilidade no papel do Estado em cumprir certas funções.
Reestatização	Para essa virada de século o panorama parece ser muito mais o de procura de um novo jeito de atuação estatal do que a continuidade do seu sucateamento e privatizações. “Reestatização” seria um conceito mais adequado, mas para isso

	várias mudanças seriam necessárias.
Enfoque de mercado da Nova Administração Pública	Assume implicitamente que o setor público e o setor privado são similares em sua essência e respondem aos mesmos incentivos e processos; que as agências governamentais podem ser vistas como corpos empresariais que funcionam melhor em um ambiente de mercado competitivo; e que as agências centrais da administração devem estar subordinadas às prioridades e processos orçamentários.
Pós-burocrático	Surgimento de uma nova cultura com relações organizacionais, aspectos operativos, metodologias administrativas, mística e atitudes diferentes. Considera como um indício da manifestação deste paradigma o uso, cada vez mais frequente na administração pública, de termos contemporâneos como clientes, qualidade, serviço, valor, incentivos, inovação, autorização e flexibilidade.

5.4 SUBSÍDIO CRUZADO NO SANEAMENTO

Para Seroa da Motta (2007), às vezes tem-se a impressão de que a ampliação dos serviços de saneamento no Brasil foi um fracasso total. Mas a evolução da cobertura desses serviços foi expressiva. Nos últimos 30 anos, os serviços de abastecimento de água alcançaram mais de 30 milhões de domicílios e o de coleta de esgoto quase 20 milhões de famílias. Nosso índice de cobertura de água é maior que o de muitos países latino-americanos e até que o de alguns países desenvolvidos.

Então, por que o setor do saneamento é alvo de tamanha preocupação no debate nacional?

Primeiro, porque esses avanços perderam aceleração nos últimos dez anos. Somos incipientes, em termos internacionais, com o tratamento de esgoto e, nas áreas rurais a cobertura continua muito pequena. (SEROA DA MOTTA, 2007).

Segundo, a respeito do crescimento na cobertura dos serviços, o acesso das classes mais pobres da população está ainda muito aquém daquele usufruído pelas classes mais ricas. Indicadores dos censos demográficos mostram que, de 1980 a 2000, as famílias com renda superior a dez salários mínimos têm cobertura de água 50% maior, e na coleta de esgoto a diferença chega a quase 100%. Portanto, os investimentos no setor, embora majoritariamente públicos, não conseguiram anular os efeitos da concentração de renda pessoal. (SEROA DA MOTTA, 2007).

Para Seroa da Motta (2007), após 30 anos de monopólio livre das operadoras estaduais, criaram-se um sistema de subsídios cruzados entre municípios e um padrão de alocação espacial de investimentos que dependiam da discricionariedade dos governos estaduais. É óbvio que essa discricionariedade foi balizada por acordos políticos com as administrações municipais do momento, mas sem estar amparado a qualquer marco regulatório que lhes garantisse legitimidade ao longo do tempo.

Seroa da Motta (2007) afirma que as operadoras estaduais criaram, assim, os municípios superavitários e os municípios deficitários. Os primeiros são, a critério da operadora, os que podem pagar uma tarifa acima dos custos. Essa sobra de receita vai como subsídio cruzado para os municípios deficitários, geralmente os de pequeno porte, que são considerados pela operadora como aqueles que não podem pagar uma tarifa que cubra seus custos. Embora a contabilidade e a transparência dessas transferências não existam tendo em vista que o orçamento é único, as operadoras estaduais sempre justificaram sua existência por conta de tais mecanismos distributivos.

Seroa da Motta (2007) considera que retornar o curso das decisões de investimentos e definição de tarifas para os municípios que hoje estão no domínio do estado poderia colocar em xeque o sistema vigente. Isso porque os municípios superavitários enxergariam uma oportunidade de tomar para si os serviços e reduzir sua carga de subsídio cruzado. Dessa forma, absorveriam os subsídios que geram para outros municípios e aumentariam sua capacidade de ampliar e melhorar os serviços.

Seroa da Motta (2007) entende que isso acontecendo, restariam às operadoras estaduais os municípios deficitários, que em conjunto se tornariam em déficit orçamentário acima da capacidade dos estados e, portanto, a prestação do serviço estaria destinada ao sucateamento. Como os municípios superavitários são geralmente os maiores das áreas metropolitanas, a manutenção do poder concedente estadual nessas regiões é considerada essencial para evitar o colapso dos serviços de saneamento no país.

A Lei nº 11.445, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, dispõe em seu Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

VII - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda.

O Art. 29, § 2º dispõe: Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Já o Art. 31 estabelece: Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda serão, dependendo das características dos beneficiários e da origem dos recursos:

I - diretos, quando destinados a usuários determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços;

II - tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

III - internos a cada titular ou entre localidades, nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional. (BRASIL, 2007).

Um dos fatores que viabilizam a ampliação e manutenção do saneamento básico em todo o Brasil, mais particularmente no Estado de São Paulo, é a utilização do subsídio cruzado. É o que permite equalizar a justiça social, o desenvolvimento tecnológico e a manutenção dos investimentos em todos os municípios. (REVISTA CIDADES DO BRASIL, 2001).

Conforme a Revista Cidades do Brasil (2001), devido ao elevado valor dos investimentos para a implantação dos serviços básicos de saneamento, em municípios menores, a tarifa tenderia a ser mais alta pela menor escala, pela menor possibilidade de diluição dos custos fixos de manutenção. Em municípios maiores (maior em tamanho, em população) há maior capacidade de pagamento.

A Revista Cidades do Brasil (2001) afirma que a prática do subsídio cruzado é realizada, pelas empresas de saneamento estaduais, de diversas formas:

- 1 - entre categorias de consumo: as categorias comercial e industrial - mais elevadas - financiam as faixas residenciais mais baixas;
- 2 - entre faixas de consumo: quem consome mais paga mais pelo metro cúbico;
- 3 - entre regiões: a Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, pela escala, subsidia grande parte das cidades do litoral e do interior do estado.

"Se não existisse o subsídio cruzado, os municípios não teriam condições de cumprir as metas estabelecidas, nem a universalização do atendimento com água", argumenta Kosmiskas, superintendente da Sabesp. (REVISTA CIDADES DO BRASIL, 2001).

Não é exclusivamente na obtenção de recursos para investimentos que o subsídio cruzado comprova sua importância. A Revista Cidades do Brasil (2001) afirma que a prática se mostra também imprescindível e essencial em praticamente todos os setores da prestação dos serviços de saneamento. Um ótimo exemplo de como o subsídio cruzado é essencial se constata na área do desenvolvimento tecnológico. São as operadoras estaduais que, ao implementarem uma nova tecnologia nos grandes centros, a aplicam em toda sua base operada. Novamente se questiona: como ficaria o saneamento, a saúde, o meio ambiente, a qualidade de vida nos municípios menores, que não dispõem de laboratórios, de equipes técnicas e de condições para melhorar seus sistemas?

Sem o subsídio cruzado municípios menores não teriam condições de praticar uma tarifa justa. Mas, enfim: o que é uma tarifa justa? "Didaticamente, seria uma tarifa cobrada de tal forma que cobrisse os custos e oferecesse uma margem para que o negócio pudesse ser gerido de forma eficiente (algo em torno de 12% a 14% do investimento reconhecido)", explica Tiballi, superintendente de Marketing da Sabesp. "É isso que ainda precisa ser entendido e compreendido: as empresas de saneamento operam um negócio. A garantia da rentabilidade econômico-financeira deste negócio é o maior benefício social que se pode inferir. Somente com lucro, com um negócio rentável é que se pode ampliar os benefícios", conta a superintendente para a Revista Cidades do Brasil (2001).

As recentes discussões sobre as privatizações das empresas estaduais e municipais de saneamento simplesmente esquecem a relação que um município tem com o outro, a necessidade dessa relação. "Se houvesse, no Estado de São Paulo, 600 empresas diferentes de saneamento, não se teria saneamento, não se teriam condições de vida. Se o saneamento é um negócio, a água não respeita barreiras geográficas. É preciso que prefeituras, estado e Federação tenham sempre a visão de contexto de bacia hidrográfica, ou seja, o que um município faz interfere positiva ou negativamente, em diversos outros municípios relacionados a este. (REVISTA CIDADES DO BRASIL, 2001).

"A grande questão é que não há empresa no mundo que se interesse por um negócio não lucrativo, sem rentabilidade. Ou seja, fica a grande pergunta: para quem sobriariam então os pequenos municípios nos quais os investimentos são altos demais para o baixo retorno? Para o estado, a fundo perdido ou para as prefeituras que, já atualmente, não tem condições de arcar com as necessidades locais. E, pior, para quem ficariam as sobras das arrecadações dos sistemas superavitários? A interesses de quem essa verba seria aplicada?", questiona Tiballi. (REVISTA CIDADES DO BRASIL, 2001).

Já o presidente da Corsan na gestão de 1999 a 2002, Dieter Wartchow, foi taxativo na defesa do subsídio cruzado como fator de distribuição de renda: "Se eu arrecado muito em um município, porque não transferir parte dessa renda para outro que precisa. Esta é uma forma de distribuir renda, pois para fazer saneamento é preciso ser solidário e aceitar a distribuição de renda", afirmou. Dieter Wartchow explicou que o mecanismo do subsídio cruzado funciona como um grande condomínio. Na Corsan, por exemplo, a empresa opera com um orçamento único para os 324 municípios conveniados, com um sistema contábil por município. A partir daí, a empresa faz diagnósticos situacionais, dos serviços e necessidades de cada um, de forma a viabilizar um projeto que contemple a todos. (JORNAL DA ASEAC, 2001).

“É preciso respeitar as diferenças locais e considerá-las dentro de um plano de investimentos, a longo prazo. Estamos construindo uma relação nova com os municípios no Rio Grande do Sul, à luz da legislação. Elaboramos uma minuta de contrato a várias mãos, com a participação das entidades e dos municípios, além do Tribunal de Contas, do Ministério Público e do judiciário, de forma a contemplar o código de defesa do consumidor. Agora, estamos preparando um novo modelo de contrato para assinar com os prefeitos. Nosso objetivo é assumir o saneamento municipal, não só a parte rentável das cidades, mas também área de esgotos, onde a demanda é muito maior e o custo é o dobro do que se gasta com a água e as tarifas não remuneram isso”, adiantou ao Jornal da Aseac (2001).

Para o presidente da Corsan, de acordo com o Jornal da Aseac (2001), o essencial é manter o subsídio cruzado, adotando um modelo integrado e combinado entre o município e o prestador de serviços estadual. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a Corsan calculou a tarifa de cada um de seus municípios com base no sistema proposto pela nova lei do saneamento [PL 4147/01, que não foi aprovado] para avaliar as implicações da nova lei para os municípios. “Chegamos à conclusão de que o fim do subsídio cruzado inviabilizaria o saneamento nos municípios mais pobres. No Rio Grande do Sul, teríamos, por exemplo, alguns municípios de maior porte, como Eldorado do Sul, com o valor do metro cúbico a R\$ 1,25; para os menores, como Alecrim, a tarifa chegaria a R\$ 6,28/m³”, afirmou. Como a tarifa social praticada hoje pela Corsan é de R\$ 0,68/m³, isto significa que o aumento para os municípios maiores poderia chegar a 100% e, para os menores, o aumento chegaria a 823%.

Segundo Dieter, isso ocorre porque os custos para cada município são diferentes: para alguns, é preciso bombear água para pontos mais altos; em outros para pontos mais longe, além da economia de escala ser menor, o que onera os custos. Por isso a importância do subsídio cruzado de forma a preservar o princípio da solidariedade. (JORNAL DA ASEAC, 2001).

Tabela 6 – Síntese de conceitos

Municípios superavitários e municípios deficitários.	Os primeiros são, a critério da operadora, os que podem pagar uma tarifa acima dos custos. Essa sobra de receita vai como subsídio cruzado para os municípios deficitários, geralmente os de pequeno porte, que são considerados pela operadora como aqueles que não podem pagar uma tarifa que cubra seus custos.
Subsídio	Instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda.
Subsídio cruzado é realizado, pelas empresas de saneamento estaduais, de diversas formas:	- entre regiões; - entre faixas de consumo; - entre categorias de consumo.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho científico classifica-se quanto à abordagem como pesquisa qualitativa. Foram utilizadas técnicas de coleta de dados através de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, bem como através de dados numéricos referentes a investimentos no RS e a situação do saneamento no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Na pesquisa documental foram analisadas planilhas com dados da Corsan e informações do IBGE. Os dados da Corsan estão disponíveis na intranet e na Superintendência de Planejamento, Orçamento e Gestão – SUPLAG, bem como na Superintendência de Contabilidade – SUCONT. Já os dados do IBGE estão disponíveis na internet.

Na pesquisa bibliográfica foram pesquisados conceitos relacionados à dicotomia público/privado, privatização e empresas públicas de saneamento. Para essa pesquisa foi utilizada a internet e artigos publicados por alguns autores.

Quanto à natureza deste trabalho é uma pesquisa básica, pois não tem aplicação prática prevista e, por ser o saneamento alvo de disputas entre o público e o privado, envolve interesses e preocupação universais.

Através dos meios de comunicação e de divulgação, tais como jornais, TV, rádio e internet, foi identificado o argumento que as empresas privadas e públicas utilizam para defender sua atuação no saneamento básico no RS. Sem subestimar a tendência dos meios de comunicação de massa para produzir significados e valores hegemônicos (JOVCHELOVITCH, 2000), esta pesquisa assume que os argumentos dos distintos setores envolvidos nesta problemática aparecem de forma clara em seus discursos reproduzidos pela imprensa.

Quanto aos objetivos é uma pesquisa exploratória com ênfase na pesquisa bibliográfica e, em menor escala, uma pesquisa descritiva.

Já quanto aos procedimentos, este trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, com a utilização de várias fontes de consulta para posterior análise.

Foi apresentada também a repercussão da privatização do saneamento básico no Município de Uruguaiana, bem como a tentativa de privatização em outros municípios e a mobilização da população para que não ocorra a privatização.

A metodologia deste trabalho científico quanto ao plano de coleta de dados é basicamente com a utilização de dados secundários, tais como tabelas, demonstrativos de desempenho e relatórios.

Já a análise, a interpretação e a apresentação dos dados foram realizadas através de técnicas específicas como análise de conteúdo e análise documental.

7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados analisados foram coletados por meio de técnicas de coleta de dados como pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, bem como através de dados numéricos referentes a investimentos e a situação do saneamento no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Foram analisadas planilhas com dados da Corsan, disponíveis na intranet e na Superintendência de Planejamento, Orçamento e Gestão – SUPLAG, bem como na Superintendência de Contabilidade – SUCONT.

Através da análise de notícias e artigos dos meios de comunicação e de divulgação, tais como jornais, TV, rádio e internet, foi identificado o argumento que as empresas privadas e públicas utilizam para defender sua atuação no saneamento básico no RS, bem como identificado seus pontos fortes e fracos.

Além disso, a análise dos dados tem como objetivo identificar qual o diferencial que as empresas públicas oferecem na provisão de saneamento básico aos municípios do Rio Grande do Sul para universalizar o serviço.

Conforme análise dos dados da Corsan, disponíveis na intranet e na Superintendência de Contabilidade – SUCONT (Anexo B), dos 352 municípios ou localidades atendidas pela Corsan no Rio Grande do Sul, no ano de 2010, apenas 222 apresentaram resultado positivo. Portanto, convém ressaltar que 130 municípios ou localidades são deficitários, sendo mantidos com recursos da sede da Corsan. Além disso, 63 municípios ou localidades tiveram um resultado positivo inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) acumulados no ano de 2010. Percebe-se aí a importância do subsídio cruzado para disponibilizar água tratada de qualidade a todos os municípios atendidos pela Corsan a uma tarifa igual aos municípios superavitários, conforme abordado no item 5.4.

7.1 ARGUMENTOS, PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS DAS EMPRESAS DO SETOR PRIVADO NA PROVISÃO DE SANEAMENTO BÁSICO

Ao assumir os serviços de água e esgoto em Uruguaiana, conforme o Jornal Tribuna de Uruguaiana (2012a, p. 1), edição de 27/05/2011, a Foz do Brasil divulgou a seguinte nota oficial:

A Foz do Brasil, empresa de engenharia ambiental da Organização Odebrecht, assinou nesta quinta-feira, dia 26/05, o contrato com o município de Uruguaiiana para investir e operar, por meio de concessão pública, os serviços de água e esgoto da cidade. O contrato de concessão prevê, entre outros benefícios para a população, investimentos de R\$ 170 milhões para o **avanço de 10 para 100% no tratamento dos esgotos do município gaúcho em apenas cinco anos** (grifo nosso), e ainda determina a redução nas tarifas dos serviços. Com a assinatura do contrato, a Foz do Brasil, que já atende a uma população de mais de 4,7 milhões de pessoas no Brasil, chega à cidade para contribuir com a saúde e a qualidade de vida dos uruguaiianenses. Nesta sexta-feira, 27/05, a Foz, cumprindo Ordem de Serviço emitida pela Prefeitura Municipal, foi à Corsan para assumir as operações dos serviços. A empresa conta com a colaboração da estatal para que a Ordem de Serviço seja implantada de imediato.

A Foz do Brasil afirma que a prestação de serviços não será afetada e reitera o seu compromisso de trabalhar pelo desenvolvimento e qualidade de vida pelos uruguaiianenses.

“Populares tomam banho de mangueira nas proximidades dos quartéis. Não há pressão suficiente para que a água chegue a caixa d’água.” (JORNAL TRIBUNA DE URUGAIANA, 2012b).

“[...] a vereadora Josefina Soares (PP) abriu baterias contra os serviços da Foz. Cheiro, pressão e falta d’água foram alguns dos itens relacionados pela legisladora. Ao final sugeriu uma visita de populares à empresa para saber o que vem ocorrendo no abastecimento da cidade.” (JORNAL TRIBUNA DE URUGAIANA, 2012c).

Vários usuários do serviço de abastecimento de água se manifestaram no blog do jornal reclamando da falta de pressão e d’água, bem como da privatização do saneamento em Uruguaiiana.

Conta da água em Uruguaiiana polemiza estreia de empresa

O Jornal Sul21 (2012a), edição de 03/08/2011, aborda referente à primeira fatura emitida pela empresa Foz do Brasil, responsável pelos serviços de água e esgoto em Uruguaiiana. Relata que a primeira fatura enviada aos usuários do serviço já gerou reclamações de centenas de pessoas, devido a cobrança de um preço mínimo referente ao consumo de 10 m³, que faz com que parte dos usuários pague mais caro pela tarifa.

Ainda segundo o Jornal Sul21 (2012a), o prefeito de Uruguaiiana afirma que ocorreu apenas a emissão de um pequeno número de faturas com erro nas cobranças. “Houve meia dúzia de casos equivocados, que já estão sendo corrigidos hoje mesmo”, disse Sanchotene, antes de participar de uma reunião com a Foz do Brasil para tratar do tema. “Haverá desconto de 14% em relação à tarifa da Corsan. Não há risco algum de que a população saia prejudicada”, garante. O prefeito considerou normal que houvesse erros na transição entre Foz

e Corsan. Afirmou que a Corsan dificultou este processo ao não fornecer a relação dos usuários para a Foz.

O vereador José Clemente da Silva Corrêa (PT) tem outra versão sobre os fatos. Segundo ele, a cobrança mínima de R\$ 33,50 – equivalente ao consumo de 10 m³ de água – faz com que a maioria da população esteja pagando mais do que desembolsava antes, e que “pouquíssimos” tenham desconto. Afirmo que antes havia pessoas que pagavam tarifa de R\$ 12,00 e que estão pagando, portanto, quase o triplo. “O desconto de 14% na tarifa não está no contrato, não estava no edital. Quem falava que a tarifa ia ser mais barata era o prefeito. Ele transmitiu isto à população de forma inverídica, faltou com a verdade. Também não esclareceu que quem vai pagar pelo esgoto é o povo”, diz Clemente. (JORNAL SUL21, 2012a).

O prefeito Sanhotene afirma que um preço mínimo também era exigido pela Corsan – a estatal, de fato, cobra uma taxa de serviço. Além de garantir o desconto de 14%, rebate o vereador, acusando-o de estar contra o saneamento básico. “O senhor Clemente não tem nada de clemente, é inclemente. Parte para este tipo de ataque, porque estava contra o saneamento de Uruguaiana”, diz o prefeito. (JORNAL SUL21, 2012a).

Já a Foz do Brasil, conforme o Jornal Sul21 (2012a), divulgou nota em que afirma que, de fato, adotou a tarifa mínima de 10 m³ por hidrômetro, dizendo ser o número utilizado na maior parte dos municípios brasileiros. A empresa também apontou que a estrutura tarifária adotada estava prevista no edital de licitação e que a cobrança mínima é permitida pela Lei 11.445 (Lei Nacional de Saneamento), “visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente”.

Entretanto, ao comparar as tabelas de preços das duas empresas percebe-se que não é possível dizer qual tem o serviço mais barato. O modo como os valores cobrados são estabelecidos faz com que Corsan e Foz do Brasil sejam mais caras ou mais baratas dependendo da categoria em que se enquadra o consumidor, e de quanto ele consumiu. Sendo assim, nem todo consumidor de Uruguaiana terá os 14% de desconto que alegava a prefeitura. Como exemplo, o consumidor residencial da Corsan paga R\$ 3,43 por cada m³ de água que consumir, mais R\$ 16,23 fixos de serviço básico. Já a Foz do Brasil não tem taxa de serviço, mas um preço mínimo de R\$ 33,50, para uma tarifa de R\$ 3,35 por m³ consumido. Assim, a residência que consome menos que 5,03 m³ por mês paga menos pela Corsan; se consumir acima disto, paga menos pela Foz do Brasil. Uma pessoa consome, em média, 5,4 m³ de água mensais. (JORNAL SUL21, 2012a).

Conforme o Jornal Sul21 (2012a), idêntico a estas diferenças, há muitas na comparação entre as duas tabelas. No caso dos usuários com tarifa social, o preço base da Corsan para a água é mais barato – R\$ 1,39 contra R\$ 1,58. Mas considerando o serviço básico de R\$ 6,51 da Corsan para a tarifa social, a conta pode ser mais cara na estatal, dependendo do consumo. Outro fator que muda a relação entre os valores cobrados pelas duas empresas é a do preço do consumo excedente, cobrado acima de determinado volume de água consumida. Além disto, há o preço da coleta de esgoto. A Corsan cobra mais, em seus preços base, pelo esgoto tratado que a Foz do Brasil. Entretanto, a estatal cobra uma tarifa menor pelo esgoto que é apenas coletado, sem tratamento, o que a Foz do Brasil não oferece, tendo apenas um preço único para o esgoto, seja ele tratado ou não.

Já uma reportagem da RBS TV (2011) aborda o aumento nas contas de água. Conforme a reportagem “moradores de Uruguaiiana estão levando um susto ao receber as contas de água. A cidade foi a primeira a fazer a concessão. As faturas começaram a ser entregues a cerca de uma semana e os usuários estavam esperando uma redução de cerca de 14%, mas alguns se surpreenderam com um aumento que em alguns casos chega a ser o dobro das contas antigas [Corsan]. Desde que as faturas foram emitidas pela Foz do Brasil aumentou o movimento de consumidores buscando esclarecimentos” [...].

Foz do Brasil – Uruguaiiana

A chegada da Foz do Brasil em Uruguaiiana inaugura uma nova etapa tanto para a empresa quanto para a cidade. É a primeira conquista da Foz do Brasil no Rio Grande do Sul, Estado que alterna um dos melhores IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) do país com baixos índices de tratamento de esgoto. (FOZ DO BRASIL, 2012a).

Por meio de um contrato de concessão plena dos serviços de água e esgoto, a SPE (Sociedade de Propósito Específico) Foz de Uruguaiiana S.A é responsável pelo investimento e operação dos serviços de captação, produção, tratamento, distribuição e fornecimento de água tratada, além de coleta, afastamento, tratamento de esgoto e disposição final de lodos de todo município. (FOZ DO BRASIL, 2012a).

A Foz do Brasil (2012a) salienta que para a cidade, é um marco. Até maio de 2011, data do início das operações da concessionária, apenas 10% dos esgotos da área urbana eram tratados e o desperdício de água chegava a 40%. Ou seja, a cada 10 litros de água captada nos rios, quatro eram perdidos ao longo do sistema de abastecimento.

Uruguaiiana, portanto, começa a mudar esse cenário com a chegada da Foz do Brasil. A meta da empresa, que é controlada pela Organização Odebrecht e tem participação

acionária do FI-FGTS Fundo de Investimentos do (Fundo de Garantia para o Tempo de Serviço) é alcançar 100% do tratamento de esgoto em cinco anos, com investimentos na ordem de R\$ 170 milhões durante 30 anos, período previsto para a concessão. (FOZ DO BRASIL, 2012a).

Água e esgoto

A Foz do Brasil (2012b), que é controlada pela Organização Odebrecht e tem participação acionária do FI FGTS (Fundo de Investimentos do Fundo de Garantia para o Tempo de Serviço), é uma empresa dedicada a investir e operar projetos em três segmentos: Água (água e esgoto), Plantas Industriais e Serviços Ambientais (tratamento de resíduos e efluentes industriais, produção de água para fins industriais e disposição e valorização dos resíduos sólidos urbanos. No segmento Água, a Foz do Brasil já atende mais de 4,5 milhões de pessoas de 18 municípios onde está presente.

Criada em 2007, a Foz do Brasil (2012b) já atua nas cidades de Limeira, Mauá e Rio Claro, Mairinque e Santa Gertrudes (SP), Blumenau (SC), Região Metropolitana de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim (ES) e Salvador e Lauro de Freitas (BA).

A meta da empresa Foz do Brasil (2012b) é alcançar 100% do tratamento de esgoto em cinco anos, com investimentos na ordem de R\$ 160 milhões durante os próximos 30 anos, período previsto para a concessão.

A parceria da Foz do Brasil (2012b) com o município de Uruguaiana trará impactos positivos na área da saúde e preservação do meio ambiente e também irá refletir no bolso do consumidor com uma redução na tarifa dos serviços de água de até 14%.

7.2. ARGUMENTOS, PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS DAS EMPRESAS DO SETOR PÚBLICO NA PROVISÃO DE SANEAMENTO BÁSICO

“É perigoso transformar a água em mercadoria”, diz presidente da Corsan.

Conforme o Jornal Sul21 (2012b), edição de 27/06/2011, no dia 24 de junho do ano corrente a Corsan começou a ceder seus bens em Uruguaiana para que uma empresa privada, a Foz do Brasil, do Grupo Odebrecht, passasse a prestar o serviço de abastecimento de água. O município da fronteira oeste é pioneiro de um movimento que deve acontecer em outras cidades médias gaúchas, como Santa Cruz do Sul, São Gabriel e São Borja. A concessão dos serviços de abastecimento de água e saneamento à iniciativa privada preocupa o diretor-presidente da Corsan, Arnaldo Dutra: “É muito perigoso transformar a água em mercadoria”.

O Jornal Sul21 (2012b) conversou com o dirigente por cerca de 20 minutos. Na entrevista, Dutra afirma que há um assédio da iniciativa privada a prefeituras, apresentando-se como “solução mágica” para o esgotamento sanitário, que ainda é um privilégio no Rio Grande do Sul. Ele explica os planos da Corsan, que pretende investir quase R\$ 3 bilhões nos próximos anos no estado, fala sobre a exclusão da companhia em licitações e, principalmente, procura mostrar que a iniciativa privada pode não ser a panacéia para os serviços que a Corsan hoje presta em 322 municípios gaúchos. “Há um discurso muito fácil de solução do problema pela iniciativa privada”, critica.

A seguir transcrevemos a entrevista com o diretor-presidente da Corsan, Arnaldo Dutra:

Sul21 – Como a Corsan está vendo a movimentação de várias prefeituras para deixar os serviços da empresa?

Arnaldo Dutra – Temos no Brasil uma legislação específica para o setor desde 2007 (Lei 11.445), que define que a titularidade é do município. O setor privado de saneamento no Brasil ocupa cerca de 10% dos municípios e está fazendo ofensiva muito grande para ampliar o seu mercado. Por conta disto, tem feito visitas a prefeitos e promessas de solução no saneamento. O País ficou muitos anos sem investimentos em esgotamento sanitário e abastecimento de água – principalmente em esgotamento. Tratamos muito pouco esgoto. Em cima disto, há um discurso muito fácil de solução do problema pela iniciativa privada. Muitos prefeitos no RS usam uma possível ineficiência da Corsan para justificar seu conceito, de que o setor privado é solução para o saneamento.

Sul21 – E o senhor entende que não é uma solução.

Arnaldo Dutra - Com certeza. É preciso enxergar o contexto histórico desta falta de investimentos da Corsan. Não havia recursos disponíveis para investir, porque não havia uma política clara de financiamento para o setor de saneamento por parte do governo federal – nem para o poder público, nem para a iniciativa privada. **O setor privado começa a aparecer no Rio Grande do Sul como alternativa em 2007, depois do PAC. O dinheiro que eles irão buscar é o mesmo que nós buscamos, do BNDES, da Caixa Econômica Federal. É importante dizer também que a Corsan não fazia investimentos em esgotamento sanitário, porque ela não tinha contratos de esgotamento com os municípios (grifo nosso).** Havia apenas contrato de água. Até 2007, tinha contratos de esgotamento em apenas 43 dos 322 municípios que atende.

Sul21 – Antes de 2007, a legislação para o setor não era clara? Como funcionavam os contratos? Eram muito precários?

Arnaldo Dutra – Eram contratos muito precários, não se estabelecia claramente as regras, os compromissos. Não havia fiscalização da prestação do serviço por parte das prefeituras. A companhia atuava de forma muito soberana nos municípios, isto foi muito ruim. Agora, há regras mais claras.

Sul21 – Esta pressão dos prefeitos é positiva para a Corsan, então?

Arnaldo Dutra – Entendo que sim. O momento para o saneamento é muito positivo. O que é errado é esta fórmula mágica de privatizar que está aparecendo como solução. Os prefeitos fazem uma cortina de fumaça para esconder sua veia privatista, dizendo que é ineficiência da Corsan. Em Uruguaiana, por exemplo, o contrato de esgotamento é de 2000. De lá para cá, a Corsan inaugurou estação de tratamento. Onde a Corsan fez contratos, investiu.

Sul21 – Em Uruguaiana, diz-se que a tarifa ficará menor com a iniciativa privada. E quem é contra, afirma que a tarifa tende a aumentar no longo prazo. Como é que o senhor vê isto?

Arnaldo Dutra – Não precisa nem longo prazo. Hoje, 20% da população de Uruguaiana paga tarifa de água e esgoto. Com a aplicação da fórmula que foi

colocada pela empresa vencedora na licitação, a tarifa já vai ficar mais cara no primeiro mês, para quem tem água e esgoto. Pode ser que haja uma pequena redução no preço da água. É um mito essa história de que dá para praticar uma tarifa muito mais barata. O plano de saneamento que existe em Uruguaiana prevê investimentos que exigem uma tarifa que cubra estes custos.

Sul21 – Se houver uma debandada de municípios mais populosos do RS, a Corsan vai conseguir atender os municípios menores?

Arnaldo Dutra – Não acredito em debandada, porque, de 2007 para cá, tivemos 206 renovações de contrato. São 206 prefeituras que firmaram com a Corsan, mesmo com a possibilidade de privatizar o serviço. Agora, é claro que a Corsan é um grande condomínio de municípios, onde os custos são rateados entre todos. As pequenas cidades são deficitárias, não têm condições de ter uma política de saneamento se não houver subsídio cruzado. Se municípios maiores começarem a tratar água isoladamente, sem se preocupar com o vizinho, cidades pequenas vão ficar sem o serviço, porque não serão visitadas pela iniciativa privada.

Sul21 – O que está sendo pensado no curto prazo para evitar que mais municípios fiquem descontentes com o serviço da Corsan?

Arnaldo Dutra – Estamos trabalhando em cima de planos de saneamento. É uma ferramenta muito importante para os municípios, com a qual se define uma política de investimentos para 25 anos. A partir dos planos de saneamento, a Corsan apresenta sua proposta de investimentos. Consolidada esta proposta, nós buscamos os recursos. Já temos consagrados R\$ 1,7 bilhão de investimentos para os próximos quatro anos e, por meio do PAC II, queremos colocar no RS mais R\$ 1 bilhão. Falamos de um plano de investimentos próximo de R\$ 3 bilhões. Mas a Corsan não vive só de obras. Precisa melhorar sua prestação de serviços, estamos trabalhando na gestão para melhorar isto.

Sul21 – Como o senhor vê a PEC 206/2011, do deputado estadual Luis Fernando Schimdt (PT), que determina que as empresas prestadoras dos serviços de abastecimento de água e saneamento precisam ter pelo menos 51% de capital público?

Arnaldo Dutra – Vejo a Assembleia Legislativa como representante da população, e acho que reflete um sentimento da sociedade de discutir este tema. Acho que seria muito ruim para o Estado ter um processo de privatização da água, quando cidades importantes da Europa, como Paris, recuaram deste modelo, porque viram que não dava resposta. Acho que esta PEC traz a possibilidade de a discussão sair dos tribunais, como está acontecendo hoje, e vir para a sociedade. É muito perigoso transformar a água, que é um direito de todos e necessidade vital, em mercadoria, sob o risco de que se coloque em xeque quem tem menos possibilidade de pagar. A PEC não proíbe que o setor privado participe, evitaria apenas a concessão integral do serviço.

Sul21 – A Corsan não pôde participar da licitação feita em Uruguaiana pelos índices financeiros exigidos. Este precedente preocupa a companhia?

Arnaldo Dutra - A Lei de Licitações precisa de reparos, mas trouxe um grande avanço, de estabelecer que as licitações precisam ser abertas, para que todos possam participar. Nós entendemos – e o Ministério Público de Contas entende também – que os editais que estão sendo feitos hoje são muito restritivos. Estabelecem índices em que o setor público não pode participar. A Sabesp, por exemplo, que é a maior do mundo, também ficaria fora do edital de Uruguaiana, de Santa Cruz, de São Gabriel, pelos índices. Nem a Petrobras, e fosse uma empresa do ramo, poderia participar.

Água para todos: uma meta para o milênio, por Arnaldo Dutra

Dutra (2012) ressalta que recentemente tivemos a notícia de que o mundo alcançou antes do prazo a meta de reduzir pela metade a quantidade de pessoas sem acesso à água potável. O resultado foi divulgado neste mês, pelo relatório "Progressos sobre Água Potável e Saneamento 2012", publicado em parceria pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e

UNICEF. Ampliar o número de pessoas com acesso à água tratada até 2015 era um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), traçado pelas Nações Unidas.

Conforme a pesquisa apresentada, na última década mais de dois bilhões de pessoas conseguiram acesso a fontes de água potável. Ao final de 2010, 89% da população mundial, 6,1 bilhões de homens e mulheres, haviam alcançado esse direito. Apesar dos índices positivos, vemos também que 783 milhões de pessoas continuam fora dessa porcentagem. Ainda mais alarmante, é a disparidade entre países e classes sociais. Na América Latina, 90% das pessoas têm acesso a fontes melhoradas de abastecimento de água, 31% a mais do que na África subsaariana. O grande desafio encontrado é garantir água de qualidade às regiões mais pobres e aos menos favorecidos. (DUTRA, 2012).

Dutra (2012) afirma que no Rio Grande do Sul, temos um cenário positivo: 98% da população urbana é abastecida por água tratada de qualidade. Além de uma extensa cobertura, possuímos a dádiva de contar com um precioso patrimônio da humanidade no nosso subterrâneo, o Aquífero Guarani. Porém, ainda assim, nos deparamos com as zonas mais necessitadas sofrendo com a falta deste bem.

No dia [22 de março] em que o mundo homenageia sua fonte de vida, proponho uma reflexão sobre nossa relação com a água. Quais as atitudes que tomaremos para tornar o acesso à água potável universal? Como indivíduos, podemos implementar atitudes responsáveis, evitando o desperdício e contribuindo com a destinação correta de nossos resíduos. Como poder público, devemos garantir políticas permanentes de investimentos e práticas sustentáveis. Como sociedade, necessitamos defender que o controle da água não seja submetido aos interesses do capital. A gestão desse bem está diretamente relacionada ao exercício da cidadania e à sobrevivência da humanidade no planeta. (DUTRA, 2012).

Corsan inaugura evaporador de cloro e lavador de gases em Cachoeirinha

Conforme a Companhia Riograndense de Saneamento (2012a) foi inaugurado em Cachoeirinha um sistema de evaporação de cloro e lavagem de gases. O evento, realizado pela Corsan em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, integra as atividades alusivas ao Dia Mundial da Água, que será em 22 de março. A inauguração aconteceu na ETA (Estação de Tratamento de Água), no local onde também funciona a US (Unidade de Saneamento) da cidade.

Pioneiro no estado, o sistema tem investimento de R\$ 500 mil. O evaporador permite que o cloro armazenado em cilindros seja retirado na forma líquida, e não gasosa, como no sistema antigo. Isso amplia consideravelmente a vazão das peças, podendo-se agora retirar até

250 kg de cloro por hora. Além disso, o evaporador diminui a corrosão nos cilindros, o que minimiza os riscos operacionais e os gastos com troca de equipamentos. A mudança também permitiu reduzir o número de cilindros utilizados, propiciando um melhor uso da área ocupada. Já o lavador de gases atua em um eventual caso de vazamento de cloro, conseguindo renovar em até três minutos o ar da sala em que está instalado. O aparelho, acionado automaticamente pelo sinal de um detector de vazamento, realiza a exaustão do ar contaminado, contribuindo para a segurança dos funcionários e da comunidade vizinha à ETA. (COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO, 2012a).

Corsan eleita a segunda empresa pública preferida dos gaúchos

A Corsan recebeu no dia 1º de março a distinção “Marcas de Quem Decide” por ser a segunda empresa pública preferida, e a terceira mais lembrada entre empresários, executivos e profissionais liberais. A divulgação dos resultados ocorreu no Centro de Eventos do Hotel Plaza São Rafael, em Porto Alegre, numa promoção do Jornal do Comércio em parceria com o instituto de pesquisa Qualidata. (AESBE, 2012).

Cadastramento de imóveis pela Corsan

A Prefeitura Municipal de Muitos Capões (2012) comunicou aos moradores do Município para comparecer na Prefeitura Municipal nos dias 19 e 20 de março, onde representantes da Corsan estarão fazendo o cadastramento dos imóveis da sede e BR285 que serão atendidos pelo abastecimento de água da empresa. O cadastramento é obrigatório a todos que irão receber os serviços de abastecimento da Corsan.

Salienta-se aqui o caráter social da Corsan, objetivando a universalização do saneamento básico no Rio Grande do Sul. Muitos Capões é mais um município que a Corsan passa a atender. A população total do Município é de 2.867 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Preocupação sustentável: Gramado comemora sucesso da utilização de biofóssido como adubo

O Jornal de Canela (2012) salienta que aliar beleza e encantamento ao desenvolvimento sustentável foi o desafio comprado pela Prefeitura de Gramado e Corsan, ainda em 2011, quando firmaram parceria definindo a utilização do biofóssido produzido na Estação de Tratamento de Esgotos como substrato para a composição de condicionadores de

solo e adubos orgânicos. Agora, pouco mais de quatro meses depois de a parceria ser firmada, já é visível o sucesso da investida.

Há mais de dois anos, conforme o Jornal de Canela (2012), o técnico agrícola da Prefeitura de Gramado, Márcio Pottratz, e o Gestor Ambiental da Corsan, Eduardo Mauer, deram início às análises de como utilizar os resíduos biossólidos de forma correta e não danosa ao meio ambiente. Após diversas análises, se chegou a um denominador comum, tendo sido estudada a quantidade necessária de utilização da matéria como método sustentável para beneficiar a beleza natural de Gramado, um dos principais pontos turísticos do Brasil.

O resultado da utilização desse biossólido como substrato, que gera uma economia para os cofres públicos superior a 30% na compra de adubo, já pode ser visto nas ruas de Gramado. O Horto Municipal, sob a responsabilidade do técnico agrícola Márcio Pottratz, já vem utilizando a matéria em diversas localidades do município, como a praça do Bairro Três Pinheiros, que no início do ano foi totalmente revitalizada, tendo recebido como adubo em seu solo o biossólido. Os canteiros que embelezaram em 2012 a Festa da Colônia também receberam como substrato os resíduos biossólidos. Hortaliças e flores utilizadas na ornamentação da festa também receberam a matéria como adubo. (JORNAL DE CANELA, 2012).

“A Prefeitura de Gramado acredita muito na sustentabilidade, e cada vez mais ela é necessária para o avanço saudável do planeta. Essas pequenas atitudes, como o reaproveitamento desse substrato já são maneiras de preservação”, salienta o prefeito de Gramado Nestor Tissot, em manifestação ao Jornal de Canela (2012).

Governo põe Corsan como prioridade, mas sinaliza com PPP

A qualificação da Corsan será uma das prioridades do governo do Rio Grande do Sul no próximo semestre. O Jornal Sul21 (2012d) afirma que a administração estadual pretende abrir espaço para parcerias com o setor privado, como forma de garantir investimentos em tratamento de esgoto e resíduos sólidos.

Na “nota diretriz nº 13”, redigida pelo governador para alinhar as prioridades do próximo semestre, Tarso Genro fala em “qualificar e aumentar a abrangência da Corsan”, admitindo também “definir possibilidade de colaboração com a iniciativa privada”. O documento foi entregue ao secretariado e aos presidentes dos partidos aliados antes do recesso parlamentar. Segundo o chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, há um estudo em andamento para o fortalecimento da Corsan. Ele afirma que esta é a prioridade para evitar o movimento

de privatizações nos municípios. “A falta de capacidade da Corsan nos últimos anos motivou o movimento de privatização dos prefeitos. Nós somos contra qualquer tipo de privatização da água. Estamos tentando ampliar investimentos por meio do PAC para obras de saneamento no Estado. Mas tratamento do esgoto está em aberto. Ainda não há uma posição do governo sobre isso”, afirma. “É legal fazer uma licitação só para o esgoto”, sustenta. (JORNAL SUL21, 2012d).

A prioridade do governo é aprovar, na Assembleia, a PEC 206/2011, de autoria do deputado Luis Fernando Schimidt (PT), que prevê a preservação de 51% do controle acionário sob os serviços hídricos ao poder público. A lei resolveria parte do problema que envolve a disputa entre empresas privadas de saneamento, partidos políticos e prefeitos municipais, e que tende a desaguar no bolso dos contribuintes gaúchos. Já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o projeto tenta evitar que se propague pelo Estado a concessão dos serviços à iniciativa privada. Atualmente, segundo o sindicato dos trabalhadores no setor (Sindágua), as prefeituras de Cachoeirinha, Santa Cruz do Sul, São Gabriel, São Luiz Gonzaga, São Borja e São Francisco de Paula já brigam pela aprovação de projetos neste sentido nas Câmaras de Vereadores. Uruguaiana já implementa o serviço privado. (JORNAL SUL21, 2012d).

Tabela 7 – Síntese de pontos fortes e pontos fracos das empresas públicas e privadas no saneamento no RS

SANEAMENTO RS	EMPRESA PÚBLICA	EMPRESA PRIVADA
PONTOS FORTES	<p>Investe em municípios pequenos e grandes (deficitários e superavitários), através de recursos do subsídio cruzado.</p> <p>Tarifa única para os municípios onde atua.</p> <p>Investimentos através de recursos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.</p> <p>Diretriz governamental no sentido garantir água tratada e tratamento de esgoto sanitário, visando a universalização.</p> <p>Baixo custo fixo com folha de pagamento (pessoal), pois as obras maiores são licitadas.</p> <p>Tarifa social (desconto de 60% para pessoas de baixa renda).</p> <p>Filantropia (desconto de 50% para entidades beneficentes).</p>	<p>Agilidade na aquisição de materiais, pois não é necessário fazer licitação.</p> <p>Promessa de universalização do tratamento de esgoto sanitário.</p> <p>Promessa de grandes investimentos.</p>

	<p>Atividades socioambientais.</p> <p>Pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.</p> <p>Prática sustentável para preservar o meio ambiente.</p> <p>Projetos de substituição de redes de distribuição de fibrocimento em andamento.</p>	
<p>PONTOS FRACOS</p>	<p>Licitação para aquisição de materiais e para execução de obras, ocasionando, muitas vezes, atrasos e reclamações de prefeitos.</p> <p>Escolha de chefias baseado predominantemente no critério político.</p> <p>Mudança (alternância) na gestão de quatro em quatro anos, junto com o governo do Estado.</p> <p>Ausência de planejamento estratégico continuado de médio e longo prazo.</p> <p>Desequilíbrio entre demanda de serviço e força de trabalho.</p> <p>Sistema operacional sucateado: redes de distribuição de fibrocimento deterioradas pelo tempo de uso, ocasionando constantes vazamentos.</p>	<p>Falta de interesse em investir em pequenos municípios.</p> <p>Lucro como objetivo principal.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

7.3 TENTATIVA DE ALGUNS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL PARA PRIVATIZAR O SANEAMENTO E MANIFESTAÇÃO DA POPULAÇÃO

7.3.1 Município de São Gabriel

Vereador afirmou na sessão plenária: saída da Corsan poderá quebrar São Gabriel

O valor da indenização que o Município tem que pagar para a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) é de R\$ 27 milhões. O valor foi pauta de debate na sessão legislativa desta segunda-feira (5) na Câmara Municipal de Vereadores. O líder do PSB, vereador Rômulo Farias, disse que o Executivo Municipal precisa reconhecer a dívida e para isso tem que gerar uma operação de crédito consolidado com a Corsan. Isso, no entanto, dependerá de aprovação do Legislativo. (A NOTÍCIA ONLINE, 2012).

Segundo Farias todo o endividamento tem que respeitar um determinado limite seguindo parâmetros da Secretaria do Tesouro Nacional. O vereador lembra que o Município já possui parcelamentos (como os que tem com o Ipresg) e que constantes parcelamentos colocam em dúvida a possibilidade real de o Município ter condições de cumprir com as obrigações. (A NOTÍCIA ONLINE, 2012).

Na visão do parlamentar, a dívida poderá inviabilizar de vez o Município. E dependendo do parcelamento, dos valores da indenização, poderá ser uma dívida que se perpetuará por mais de 50 anos. “Isso, se levarmos em conta os critérios adotados para aprovar o parcelamento com o Ipresg”, complementou. (A NOTÍCIA ONLINE, 2012).

Saneamento: Secretário-Geral de Governo esclarece ao Legislativo

Atendendo convite da Câmara de Vereadores e demonstrando a transparência da Administração Municipal, o Secretário-Geral de Governo, Artur Goularte, prestou importantes esclarecimentos aos vereadores sobre os passos da licitação de saneamento. Com a documentação entregue pelas empresas que participaram do processo, o Secretário explanou aos presentes como foi a licitação na íntegra. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL, 2012).

De forma sintética, Goularte relatou que o processo licitatório teve orientação legal do Tribunal de Contas do Estado, atendendo a todos os requisitos, inclusive com os ajustes para evitar problemas ocorridos em outras licitações no Estado. “Temos todas as publicações e ações documentadas à disposição dos vereadores, garantindo a transparência da licitação”, salientou. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL, 2012).

Conforme a Prefeitura Municipal de São Gabriel (2012), o Secretário destacou que a Corsan foi convidada a participar da licitação, porém a ausência de atestados e de índices exigidos no edital impossibilitou a estatal de participar do mesmo. “Todas as empresas entregaram atestados técnicos e operacionais, documentados e que serão entregues cópias aos vereadores, bem como todo o cronograma das atividades desempenhadas durante a licitação”, afirmou. Ele salientou que o edital contemplou ainda, questões como tarifa social – que terá redução de 8 à 14% em relação ao que é aplicado pela Corsan –, cálculo correto das tarifas e investimentos na renovação da rede de saneamento básico, evitando perdas que atualmente chegam a 40% da água coletada e tratada.

Segundo a Prefeitura Municipal de São Gabriel (2012), a concessão dos serviços de saneamento será executada pelo consórcio formado pelas empresas Vega Engenharia e G-Mec, cujo contrato deverá ser assinado até o final do mês e o início dos serviços em abril.

São Gabriel manda embora R\$ 1,5 milhão

No dia 25 de fevereiro de 2012 começou a ser carregado canos, tubos e vários outros materiais que já estavam em São Gabriel para serem investidos na cidade por intermédio da Corsan. A perda chega a aproximadamente um milhão e meio de reais. A ordem da retirada dos materiais veio logo após a parada dos trabalhos de canalização, nos quais seriam colocados partes dos canos e tubos. O motivo foi a proposta de privatização da água feita pela atual administração municipal. A partir do momento em que não foi confirmada a renovação do contrato com a empresa Corsan, São Gabriel mandou embora todos os recursos que seriam aplicados pela mesma. Os investimentos agora serão direcionados para outras cidades, onde houve a renovação do contrato de abastecimento de água pela empresa. (CENÁRIO DE NOTÍCIAS, 2012).

7.3.2 Município de São Luiz Gonzaga

Resultado final da enquete sobre água em São Luiz Gonzaga

Em São Luiz Gonzaga o debate sobre a concessão dos serviços de água e esgotamento sanitário tomam a pauta diariamente. Com base nisso o Guia São Luiz (2012) decidiu fazer uma enquete onde os leitores tiveram a oportunidade de opinar entre a manutenção dos serviços com a Corsan e a concessão via licitação pública, onde uma empresa privada poderá, em vencendo, receber a concessão dos serviços.

A enquete ficou no ar durante cinco dias, foram 903 votos, sendo que 726 votos para renovar com a Corsan - percentual de 80,40% e 177 votos para licitar a concessão – percentual de 19,60%, segundo apuração do Guia São Luiz (2012).

Corsan está fora da licitação

Para diretor-presidente da Corsan a prestação do serviço público, através da gestão associada e do subsídio solidário, ainda é o melhor caminho para o saneamento em São Luiz Gonzaga. Após análise da publicação do edital de licitação da concessão da água e saneamento em São Luiz Gonzaga, a Corsan afirma que a concorrência continua direcionada ao setor privado. “Apesar da mudança dos índices de qualificação econômica-financeira realizados no edital, as maiores empresas públicas de saneamento do Brasil, entre elas a Corsan, seriam desqualificadas por não alcançar os índices propostos”, declara o diretor-presidente da Corsan Arnaldo Dutra para A Notícia (2012a).

Apesar da continuidade do processo licitatório, o presidente da estatal alega que a Corsan está aberta para retomar as negociações com o município. “Apresentamos proposta para São Luiz Gonzaga baseados nas necessidades elencadas no Plano de Saneamento, apresentado à Corsan pelo prefeito Vicente Diel. A Corsan está disposta a investir mais do que o proposto no edital de licitação. Nossa proposta prevê investimentos de R\$ 55 milhões de reais em melhorias nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário”, garante. Para Dutra a proposta apresentada foi bem aceita por setores do executivo municipal, câmara de vereadores e pela sociedade em geral. O gestor ratifica que a Companhia tem o interesse de qualificar os serviços prestados em São Luiz e que a Companhia continua aguardando um retorno oficial do prefeito quanto ao plano de investimentos apresentado para a cidade. “Além disso, entendemos que a gestão associada entre os municípios, aliada ao subsídio solidário é a melhor maneira de operar saneamento para o nosso Estado”, afirma para A Notícia (2012a).

Manifestação em prol da água pública

A Notícia (2012b) informa que grande número de pessoas esteve presente no ato público realizado para a entrega da documentação em prol da renovação do convênio com a Corsan junto ao Prefeito Municipal.

Na manhã do dia 15 de julho foi realizada a manifestação em defesa da água pública e da renovação do convênio do município com a Corsan em frente à Prefeitura Municipal, na Praça da Matriz. Vereadores, integrantes do Comitê em Defesa da Água, líderes sindicais, funcionários da Corsan, representatividades políticas e alunos do ensino médio das escolas da rede estadual, compareceram em grande número para o manifesto, ocasião em que os vereadores Eni Malgarin (PT) e Junaro Figueiredo (PP) apresentaram aos manifestantes os documentos para ser entregue ao prefeito Vicente Diel em seu gabinete. (A NOTÍCIA, 2012b).

Juíza Gabriela mantém decisão em suspender o edital da água

A Rádio São Luiz (2012) noticiou que a juíza Gabriela Dantas Bobsin, da Comarca de São Luiz Gonzaga, despachou nesta quinta-feira (15) um documento ressaltando que não voltará atrás da sua decisão, suspendendo o processo licitatório para concessão do serviço de abastecimento de água e saneamento.

Segundo o deputado Jéferson Fernandes, esta decisão é muito importante devido haver rumores de que a juíza se sujeitaria a definição que o Supremo Tribunal de Justiça havia

tomado. No despacho a Dra. Gabriela teria enfatizado que o STJ precisa possuir as novas informações do caso, entre elas a não homologação do edital na AGERGS. (RÁDIO SÃO LUIZ, 2012).

Conforme informações da Rádio São Luiz (2012), os deputados Jeferson Fernandes e Elvino Bohn Gass, juntamente com o Presidente da Corsan, Arnaldo Dutra, se deslocaram a Brasília na última semana e repassaram as novas informações ao Supremo. Jeferson enfatiza que o presidente do STJ, Ari Pargendler, respeitou a decisão da primeira instância. Desta forma, atualmente aguarda-se a decisão de Pargendler.

Licitação dos serviços de água e esgoto: abertura das propostas foi feita nesta manhã

Em contato com a reportagem da Rádio Missioneira (2012a) no final da tarde de sexta-feira, o assessor jurídico da Prefeitura, Cláudio Cavalheiro, confirmou que a liminar foi derrubada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. A decisão favorável a Prefeitura foi do Presidente do TJ Desembargador Marcelo Bandeira Pereira. Esta é a Decisão: 16/03/2012 "VISTOS. (...). ISTO POSTO, DEFIRO A SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DA LIMINAR CONCEDIDA NA AÇÃO POPULAR N. 034/1.12.0000767-7 - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUIZ GONZAGA. COMUNIQUE-SE À ORIGEM (...). PORTO ALEGRE, 16 DE MARÇO DE 2012." DES. MARCELO BANDEIRA PEREIRA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO/RS.

Às 08h30min de hoje [19 de março] no Salão Nobre da Prefeitura Municipal foi feita a abertura das propostas das duas empresas que se credenciaram neste processo para que venham a prestar o serviço de concessão de água e esgoto em São Luiz. Segundo Claudio Cavalheiro, em informação à Rádio Missioneira (2012a), o fato de ser decisão embora em liminar, a mesma só poderá perder a sua efetividade após os julgamentos de todos os recursos que as ações dispõem. (RÁDIO MISSIONEIRA, 2012a).

Após a homologação do vencedor deste processo, a Administração Municipal através do Prefeito e através de Decreto irá dar por fim o contrato com a Corsan que já está encerrado, e irá dar posse para a empresa vencedora da estrutura ora existente para que a vencedora da licitação venha a prestar este serviço. Com a abertura das propostas hoje, as propostas técnicas serão enviadas para a empresa que assessora a administração a Ampla Engenharia e Assessoria. Esta empresa possui um prazo para dar o seu parecer a respeito das propostas técnicas que foram apresentadas e qual será a vencedora. Para Claudio Cavalheiro os munícipes é que serão os grandes beneficiados com esta decisão da administração Municipal. (RÁDIO MISSIONEIRA, 2012a).

Jeferson Fernandes salienta que licitação da água em São Luiz ainda pode ser interrompida

O deputado estadual Jeferson Fernandes, em entrevista à Rádio Missioneira (2012b), disse que não levou por surpresa a decisão do Tribunal de Justiça na semana passada, a qual derrubou a liminar da juíza Gabriela Dantas que suspendia o edital da água e esgoto em São Luiz Gonzaga. Jeferson disse que, muitas vezes, essas decisões são tomadas pelo fato dos juízes ou desembargadores não conviverem com a temática em São Luiz, uma vez que é notória a contrariedade da comunidade local pelo processo licitatório da água.

Sobre a licitação no município, Jeferson salienta que, legalmente, existe como interromper esse processo. Ele disse que o próprio Tribunal de Contas do estado ainda deve uma manifestação a respeito. Além disso, a Agergs, que não homologou o edital, terá dificuldades em homologar o próprio contrato de concessão do serviço. Jeferson ressalta também que o Superior Tribunal de Justiça ainda tem que reconsiderar a decisão tomada anteriormente, pois novos elementos foram agregados, como a informação da exclusão da Corsan na concorrência da licitação. (RÁDIO MISSIONEIRA, 2012b).

Para Jeferson, o movimento pela água pública não pode esmorecer, pois o processo licitatório contém muitos vícios. Ele disse que vários municípios que renovaram com a Corsan estão com contratos muito benéficos, e que, empresas privadas, nos municípios, em um primeiro momento cobram pouco para depois aumentar as tarifas, citando, como exemplo, Uruguaiana, onde ocorreu um aumento de 300% e que só foi reduzido graças a um intenso movimento popular. (RÁDIO MISSIONEIRA, 2012b).

Jeferson Fernandes, em entrevista à Rádio Missioneira (2012b), disse o que preocupa é o risco de uma decisão em caráter liminar, sem o conhecimento do mérito. Quanto a isso, salientou que a Corsan está com recursos para impedir a continuidade do processo.

7.3.3 Município de Santa Cruz do Sul

Recomeça a corrida pela água

Pouco mais de um ano desde o começo do imbróglho político e jurídico que culminou com a revogação da licitação da concessão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto em Santa Cruz do Sul, o governo municipal publicou um novo edital para definir quem vai administrar o saneamento no município pelos próximos 30 anos. Nos últimos quatro meses, equipes da Prefeitura realizaram ajustes no texto do edital, com base principalmente em apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado no ano

passado. As principais mudanças envolvem os critérios para participação de empresas na concorrência pública e as regras referentes à indenização da atual e futura concessionária. A intenção do Executivo com as alterações foi blindar-se contra os questionamentos que emperraram a licitação anterior. Também foi por isso que, antes do lançamento, o texto foi submetido à aprovação da Agência Reguladora de Serviços Concedidos (Agersant). Apesar da estratégia, interlocutores do governo já admitiram aguardar novos obstáculos até a conclusão do processo. (JORNAL GAZETA DO SUL, 2012).

A principal controvérsia do edital anterior, as exigências de comprovação de capacidade técnica (índices máximos de liquidez e endividamento) para que empresas sejam consideradas aptas a disputar a concessão estão mais flexíveis. Por recomendação do TCE, o governo modificou os números, valendo-se dos índices das cinco maiores empresas estatais do setor em faturamento do País, de forma a garantir a participação de empresas públicas, incluindo a Corsan, que foi desclassificada na primeira vez. (JORNAL GAZETA DO SUL, 2012).

7.3.4 Município de São Borja

São Borja vai a juízo por serviços municipais privatizados de saneamento

O Prefeito de São Borja, Mariovane Weiss, decidiu buscar amparo judicial para revogar a decisão do Tribunal de Contas do Estado que o impede de se livrar da Corsan. No TCE, o conselheiro Estilac Xavier, estatista petista de carteirinha, sentou em cima da proibição e não se move. (BRAGA, 2012).

7.3.5 Manifestação da Famurs

“Não há privatização da água, mas concessão”, afirma presidente da Famurs

Depois de Uruguaiana repassar o serviço de abastecimento de água e saneamento à iniciativa privada, uma das cidades gaúchas que deve se “rebelar” contra a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) é São Borja, também na fronteira oeste. Prefeito do município e presidente da Federação da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Mariovane Weis entende que as prefeituras têm autonomia para decidir sobre a concessão dos serviços que, na sua opinião, não se trata de privatização da água. (JORNAL SUL21, 2012c).

“Não existe privatização neste meio, sempre será concessão. Defendemos a plena autonomia do município, como diz a lei federal do presidente Lula, que abriu esta possibilidade”, defende Weis em entrevista ao Jornal Sul21 (2012c), que na última segunda-feira (27) publicou o ponto de vista do diretor-presidente da Corsan, Arnaldo Dutra.

“A concessão por tempo limitado, e com o devido controle social, é o ideal”, afirma o presidente da Famurs em entrevista ao Jornal Sul21 (2012c).

7.4 O MOVIMENTO PENDULAR E OS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Os prefeitos dos municípios de São Gabriel, São Luiz Gonzaga, Santa Cruz do Sul e São Borja, que querem privatizar o saneamento básico, portam-se tal como o movimento pendular ora mais ao lado do Estado e ora mais ao lado do mercado, embora a população esteja ao lado do Estado, conforme várias manifestações no RS contra as privatizações.

Enquanto Argentina, Bolívia, Uruguai e várias cidades da Europa reestatizaram o saneamento, no Rio Grande do Sul alguns municípios pretendem privatizar. Talvez, os prefeitos querem mais eficiência das empresas que prestam o serviço. Para Misoczky (2001), assumir o critério da eficiência como determinante, implica em estabelecer práticas de gestão em que os membros da burocracia se tornam agentes em competição por fundos e por contratos. Assumir o critério da justiça social como determinante implica encontrar formas inovadoras de organizar e gerir, que expressem claramente compromissos com setores e grupos excluídos nos diferentes contextos sociais.

Convém salientar que ao privatizar o saneamento, corre-se o risco de excluir classes sociais do acesso à água tratada e ao tratamento do esgotamento sanitário.

Partindo-se do pressuposto que os municípios do RS que querem privatizar o saneamento estão nesta investida porque querem a universalização do esgotamento sanitário, até é compreensível. Porém, com a regulamentação da Lei 11.445/07, em 2010, o saneamento básico passou a ter um marco regulatório e o esgotamento sanitário passou a ser obrigatório nos novos contratos de programa. Já a partir de 2007 a Corsan passou a intensificar os investimentos em esgotamento sanitário no RS. Até 2015 os maiores municípios do RS terão capacidade para tratar pelo menos 50% do esgoto sanitário.

8 CONCLUSÃO

Após as autoridades parisienses retomarem o controle dos serviços de saneamento em Paris, Strat (2012) questiona se a gestão pública é mais eficiente do que a privada. Segundo a autora francesa ainda é cedo para fazer um balanço geral, já que a empresa pública só está funcionando desde o dia 1º de janeiro de 2010. Porém, já se podem observar os primeiros benefícios oferecidos pela gestão pública: os ganhos financeiros gerados pela reforma, que serão totalmente reinvestidos no serviço de água. Calcula-se que os benefícios iniciais se situam atualmente em torno de €35 milhões por ano, podendo ser mais.

Strat (2012) afirma que a medida adotada permitirá estabilizar o preço do serviço de água de Paris a um nível inferior ao da média nacional. A conta de água dos parisienses inclui vários componentes: o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e os impostos. O componente da água havia aumentado 260% desde a privatização do serviço, em 1985. Agora custa €1,00 (um euro) por metro cúbico.

O retorno da empresa pública de Paris deixa à vista uma importante fissura na vitrine comercial das multinacionais francesas da água. Os representantes da Suez e Veolia admitem: a perda do mercado parisiense os prejudica do ponto de vista financeiro, mas também de imagem. Estas empresas apresentavam em todo o mundo a gestão da água de Paris como um modelo a seguir. Agora, já não podem fazê-lo. As empresas se queixam de que a decisão teria um impacto negativo em suas atividades no mercado internacional. (STRAT, 2012).

Strat (2012) salienta que em 2009 foi criada em Paris a Aqua Pública Européia, uma rede de operadores públicos de água europeus, por iniciativa de vários grupos, entre os quais está Água de Paris. A rede aglutina atualmente operadores italianos, belgas, franceses e suíços; operadores espanhóis e alemães estão em processo de adesão.

“A luta pela gestão pública da água pode ser ganha - em Cochabamba, Paris ou Jacarta - se for obtida participação dos usuários e os cidadãos. Como autoridades locais e públicas devemos dar exemplo e estabelecer uma gestão eficaz deste recurso tão frágil e imprescindível.” (STRAT, 2012, p. 1).

O Brasil, porém, segue um caminho contrário a partir da aprovação da Lei nº 11.445/07, que define diretrizes nacionais para o saneamento básico, entre as quais está a possibilidade de empresas privadas atuarem e a suspensão do abastecimento por falta de pagamento dos usuários. (FLORES, 2007).

Flores (2007, p. 97) salienta que “a Lei brasileira [11.445/07] parece desconsiderar os vários casos ocorridos nos países vizinhos [Argentina, Bolívia e Uruguai] em virtude da privatização dos serviços que, de forma geral, ficaram caros e ineficientes e dificultaram o acesso da população à água potável.”

Este trabalho de pesquisa procurou mostrar os argumentos, os pontos fortes e pontos fracos da gestão privada e da gestão pública no saneamento no Rio Grande do Sul.

Devido a apenas o Município de Uruguaiana ter privatizado o saneamento básico no RS analisamos somente este Município quanto à gestão privada.

Pelo pouco tempo de atuação da Foz do Brasil em Uruguaiana, menos de um ano, ainda é prematuro tirar muitas conclusões. Porém, um fato que ficou evidenciado é que havia uma vontade muito grande do Prefeito em querer privatizar o saneamento, ainda que a população estivesse satisfeita com o serviço prestado pela Corsan.

Após a privatização do saneamento em Uruguaiana as tarifas aumentaram muito no primeiro mês. Em alguns casos o aumento foi superior a 200%. Somente com mobilização da população e pressão da imprensa (RBS TV, jornais e rádios) é que as tarifas foram adequadas para valores próximos aos que a Corsan vinha praticando.

Além disso, foi constatado que a população de Uruguaiana, após a privatização do saneamento, reclama muito da falta de pressão d'água para chegar até o chuveiro ou caixa d'água, constantes interrupções no abastecimento e mau cheiro provocado pelo esgoto.

Já quanto à gestão pública analisamos a atuação da Corsan num contexto global nos 352 municípios ou localidades atendidas no Rio Grande do Sul.

Percebe-se que a gestão pública no RS tem muitos pontos fortes e pontos fracos, conforme demonstrado na Tabela 7 – Síntese de pontos fortes e pontos fracos das empresas públicas e privadas no saneamento no RS.

Merece destaque a diretriz governamental de garantir água tratada e tratamento de esgoto sanitário a todos os municípios do RS onde a Corsan atua, atendendo aos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSBs, visando à universalização dos serviços.

Conforme salienta Dutra (2012), no Rio Grande do Sul, temos um cenário positivo onde 98% da população urbana é abastecida por água tratada de qualidade. A Corsan, nos 46 anos de atuação, foi imprescindível para a universalização do abastecimento de água na área urbana.

Contudo, não podemos esquecer que para a universalização do abastecimento de água, principalmente nos pequenos municípios, a utilização do subsídio cruzado pela Corsan foi de

fundamental importância, conforme demonstrado no Anexo B. Portanto, o subsídio cruzado é o grande diferencial que a Corsan pode oferecer aos municípios do Rio Grande do Sul.

Entretanto, percebe-se que ainda há uma carência grande quanto à universalização do esgotamento sanitário (coleta e tratamento) no RS. A Corsan está fazendo a sua parte, visando atender aos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSBs, conforme investimentos que estão sendo implementados (Anexo A).

Todavia, pelos baixos índices em esgotamento sanitário no Brasil e, sobretudo no Rio Grande do Sul, há espaço para as empresas privadas atuarem. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) seriam uma ótima alternativa para universalizar o tratamento do esgotamento sanitário no RS, desde que a gestão fosse pública e o controle social.

REFERÊNCIAS

A NOTÍCIA ONLINE. **Vereador afirmou na sessão plenária: saída da Corsan poderá quebrar São Gabriel.** Postado em 05 mar. 2012. Disponível em: <<http://n1noticia.wordpress.com/2012/03/05/vereador-afirmou-na-sessao-plenaria-saida-da-corsan-podera-quebrar-sao-gabriel/>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

A NOTÍCIA. **Corsan está fora da licitação.** Postado em: 10 ago. 2011. Disponível em: <<http://anoticia.com/sitenovo/corsan-esta-fora-da-licitacao/>>. Acesso em: 01 mar. 2012a.

_____. **Manifestação em prol da água pública.** Postado em: 15 jul. 2011. Disponível em: <<http://anoticia.com/sitenovo/manifestacao-em-prol-da-agua-publica/>>. Acesso em: 01 mar. 2012b.

AESBE. **Corsan eleita a segunda empresa pública preferida dos gaúchos.** Publicado em: 02 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.aesbe.org.br/conteudo/5502>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BABAI, Don. “*El Banco Mundial y el FMI: apoyo o rechazo al papel del Estado?*”. In: VERNON, Raymond (org.). **La promesa de la privatización: un desafío para la política exterior de los Estados Unidos.** Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1992.

BARZELAY, Michael. *Atravesando la burocracia: una nueva perspectiva de la administración pública.* México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

BIRD, World development report 1994. *Infrastructure for development.* The World Bank/Oxford University Press. Washington, 1994.

BIRD, World development report 1997. *The State in a changing world.* The World Bank/Oxford University Press, Washington, 1997.

BRAGA, Polibio. **São Borja vai a juízo por serviços municipais privatizados de saneamento.** Disponível em: <http://polibiobraga.blogspot.com/2012/03/sao-borja-vai-juizo-por-servicos.html#Scene_1>. Acesso em: 15 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Plano de Saneamento Básico Participativo:** elabore o Plano de saneamento de sua cidade e contribua para melhorar a saúde e o meio ambiente do local onde você vive. Brasília, 2011. 2ª edição. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/Cartilha_PSBP_WEB.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saneamento básico 2000.** Rio de Janeiro, 27 de março de 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27032002pnsb.shtm>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

BRASIL. Presidência da República, Casa civil, Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei 11.445.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm>. Acesso em: 12 jan. 2012.

BURSZTYN, Marcel. **Introdução à crítica da razão desestatizante**. Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública — Ano 49, n.1 (Jan-Mar/1998). Brasília: ENAP.

CENÁRIO DE NOTÍCIAS. **São Gabriel manda embora R\$ 1,5 milhão**. Disponível em: <<http://cenariodenoticias.blogspot.com.br/2012/02/sao-gabriel-manda-em-bora-r-15-milhao.html>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, governo e mercado**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009b.

_____. **O público e o privado na gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009a.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO. **Corsan inaugura evaporador de cloro e lavador de gases em Cachoeirinha**. 2012. Disponível em: <<http://www.corsan.com.br/node/691>>. Acesso em: 20 mar. 2012a.

_____. **Rio Grande do Sul aprova 100% dos projetos de saneamento para pequenos municípios**. Disponível em: <<http://www.corsan.com.br/node/681>>. Acesso em: 06 mar. 2012b.

_____. **Corsan auxilia 149 municípios na elaboração dos Planos de Saneamento**. Disponível em: <<http://www.corsan.com.br/node/665>>. Acesso em 16 fev. 2012c.

_____. **Corsan vai investir R\$ 660 milhões em 2012**. Disponível em: <<http://www.corsan.com.br/node/663>> Acesso em 16 fev. 2012d.

_____. **Relatório da administração**. Porto Alegre, 28 de março de 2011. Disponível em: <http://www.corsan.com.br/sites/default/files/conteudo/Demonstracoes_Contabeis_2010.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2011.

_____. **Apesar da estiagem abastecimento da Corsan é normal**. Disponível em: <<http://www.corsan.com.br/node/661>>. Acesso em: 16 fev. 2012e.

CREA-RS. Conselho em revista. **Os investimentos do saneamento público estadual no RS**. Edição nº 85 – p. 29 - Set/2011. Disponível em: <<http://www.crea-rs.org.br/crea/revista.php>>. Acesso em: 05 dez. 2011.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Planejamento estratégico governamental**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

DUTRA, Arnaldo. **Água para todos: uma meta para o milênio**. Postado em: 22 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.corsan.com.br/node/700>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. **Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=551>>. Acesso em: 07 dez. 2011.

Filme Water Makes Money, produzido pela Kern Filmproduktion GmbH.

FLORES, Rafael Kruter. **A contra-hegemonia e a reestatização dos serviços de água e saneamento no Uruguai e na província de Santa Fe (Argentina)**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Administração / Escola de Administração / UFRGS, 2007.

FOZ DO BRASIL. **Água e esgoto**. Disponível em: <<http://www.fozdo brasil.com.br/fozwp/uruguaiana/o-que-fazemos/agua-e-esgoto/>> Acesso em 16 fev. 2012b.

_____. **Foz do Brasil – Uruguaiana**. Disponível em: <<http://www.fozdo brasil.com.br/fozwp/uruguaiana/quem-somos/foz-do-brasil-uruguaiana/>> Acesso em 16 fev. 2012a.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRAU, Nuria Cunill. **Repensando lo público a través de la sociedad**: nuevas formas de gestión pública y representación social. Caracas: CLAD/Ed. Nueva Sociedad, 1997.

GUIA SÃO LUIZ. **Resultado final da enquete sobre água em São Luiz Gonzaga**. Postado em: 02 fev. 2011. Disponível em: <<http://guiasaoluiz.net/2011/02/resultado-final-da-enquete-sobre-agua-em-sao-luiz-gonzaga/>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

JORNAL BOM DIA. **Transposição de Cravo será acelerada**. Disponível em: <<http://www.jornalbomdia.com.br/editorias/transposicao-de-cravo-sera-acelerada>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

JORNAL DA ASEAC. **Corsan defende o controle social**. Edição Set-Out/2001. Disponível em: <http://www.aseac.com.br/jorn36_8.htm>. Acesso em: 14 jan. 2012.

JORNAL DE CANELA. **Preocupação sustentável**: Gramado comemora sucesso da utilização de biossólido como adubo. Postado em: 19 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.jornaldecanela.com.br/?p=2305>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

JORNAL DE GRAMADO. **Ampliação da rede de esgoto vai beneficiar mais de 3 mil famílias**. Disponível em: <<http://www.jornaldegramado.com.br/gramado/377911/ampliacao-da-rede-de-esgoto-vai-beneficiar-mais-de-3-mil-familias.html>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

JORNAL GAZETA DO SUL. **Recomeça a corrida pela água**. Disponível em: <http://www.gaz.com.br/gazetadosul/noticia/336507-recomeca_a_corrida_pela_agua.html>. Acesso em: 27 mar. 2012.

JORNAL SUL21. **“É perigoso transformar a água em mercadoria”**, diz presidente da Corsan. Postado em 27/06/2011. Disponível em: <<http://sul21.com.br/jornal/2011/06/e-muito-perigoso-transformar-a-agua-em-mercadoria-alerta-presidente-da-corsan/>>. Acesso em 15 fev. 2012b.

_____. **Governo põe Corsan como prioridade, mas sinaliza com PPP.** Disponível em: <<http://sul21.com.br/jornal/2011/07/governo-poe-corsan-como-prioridade-mas-sinaliza-com-ppp/>>. Acesso em 15 fev. 2012d.

_____. **Conta da água em Uruguaiiana polemiza estréia de empresa.** Postado em **03/08/2011**. Disponível em: <<http://sul21.com.br/jornal/2011/08/tarifa-da-agua-com-empresa-privada-assusta-moradores-de-uruguaiiana/>> Acesso em: 15 fev. 2012a.

_____. **“Não há privatização da água, mas concessão”**, afirma presidente da Famurs. Disponível em: <<http://sul21.com.br/jornal/2011/06/nao-ha-privatizacao-da-agua-mas-concessao-diz-presidente-da-famurs/>> Acesso em: 15 fev. 2012c.

JORNAL TRIBUNA DE URUGUAIANA. **Falta força – Uruguaiiana.** Postado em 04/02/2012. Disponível em: <<http://tribunadeuruguaiiana.blogspot.com/2012/02/falta-forca-uruguaiiana.html>> Acesso em 13 fev. 2012b.

_____. **Nota Oficial da Foz de Uruguaiiana.** Postado em 27/05/2011. Disponível em: <<http://tribunadeuruguaiiana.blogspot.com.br/2011/05/nota-oficial-da-foz-de-uruguaiiana.html>>. Acesso em: 23 mar. 2012a.

_____. **Vereadora Josefina abre baterias contra a Foz – Uruguaiiana.** Publicado em 05/02/2012. Disponível em: <<http://tribunadeuruguaiiana.blogspot.com/2012/02/vereadora-josefina-abre-baterias-contra.html>> Acesso em 13 fev. 2012c.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública:** a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

MINTZBERG, Henry. **Administrando Governos, governando administradores.** Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública — Ano 49, n.4 (Out-Dez/1998). Brasília: ENAP.

MISOCZKY, Maria Ceci Araujo. **Dilemas da burocracia no campo das políticas públicas: neutralidade, competição ou engajamento?** O e S. Organizações e Sociedade, Salvador - Bahia, v. 8, n. 20, p. 61-72, 2001.

PAZUCH, Luciano. **Questões de saneamento básico no Rio Grande do Sul.** Postado em 24 de junho de 2011. Disponível em: <<http://ambientalpro.blogspot.com/2011/06/questoes-de-saneamento-basico-no-rio.html>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

PERROW, Charles. **Complex organizations: a critical essay.** New York: McGraw-Hill, 1972.

POLLIT, Chistopher. **Managerialism and the public services:** the anglo-american experience. Oxford: Blackwell, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUITOS CAPÕES. Cadastramento de imóveis pela Corsan.

<<http://www.muitoscapoes.rs.cnm.org.br/portall/municipio/noticia.asp?iIdMun=100143249&iIdNoticia=234384>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL. Saneamento: Secretário-Geral de Governo esclarece ao Legislativo. Postado em: 13 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.saogabriel.rs.gov.br/portal/imprimeNoticia.php?Id=2508>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

RÁDIO FANDANGO. Corsan destina mais R\$ 950 mil para Cachoeira. Disponível em: <<http://www.radiofandango.com.br/archive/valor.php?noticia=25317>>. Acesso em: 06 mar. 2012.

RÁDIO MISSIONEIRA. Jeferson Fernandes salienta que licitação da água em São Luiz ainda pode ser interrompida. Postado em: 20 mar. 2012. Disponível em: <http://www.radiomissioneira.com/imprimir.php?id_noticia=24616>. Acesso em: 24 mar. 2012b.

_____. **Licitação dos serviços de água e esgoto:** abertura das propostas foi feita nesta manhã. Postado em: 19 mar. 2012. Disponível em: <http://www.radiomissioneira.com/index.php?id_noticia=24602>. Acesso em: 24 mar. 2012b.

RÁDIO SÃO LUIZ. Juíza Gabriela mantém decisão em suspender o edital da água. Postado em: 16 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.radiosaoluiz.com/noticias/ver/cat/politica/id/3106/-juiza-gabriela-mantem-decisao-em-suspender-o-edit.html>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

RBS TV. Reportagem: Moradores de Uruguaiana estão levando um susto ao receber contas de água. Disponível em vídeo. 2011.

REVISTA CIDADES DO BRASIL. Subsídio cruzado: Fator fundamental para o desenvolvimento de saneamento básico em todos os municípios brasileiros; maiores e menores. Revista Cidades do Brasil – Edição nº 25 - Out/2001. Disponível em: <<http://cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=13&newcod=355>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

REVISTA TAE. Corsan investe R\$ 500 milhões em saneamento na Região Metropolitana. Disponível em: <<http://www.revistatae.com.br/noticiaInt.asp?id=3721>>. Acesso em: 06 mar. 2012.

RIGGS, Fred W. Modernity and bureaucracy. Public administration review, v.57, n.4, p.347-353, 1997.

SEROA DA MOTTA, Ronaldo. As opções de marco regulatório de saneamento no Brasil. IPEA, 2007. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/regulacaonobrasil/Arq14_Cap08.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.

STRAT, Anne Le. **Autoridades parisienses retomam controle dos serviços de saneamento.** Disponível em: <<http://www.aguaonline.com.br/materias.php?id=3189&cid=7&edicao=491>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

TOURAINÉ, Alain. “**A idéia de revolução**”. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Vozes, Petrópolis, 1994.

VERNON, Raymond (org.). *La promesa de la privatización: un desafío para la política exterior de los Estados Unidos*. Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1992.

VIEGAS, Eduardo Coral. **A privatização da água**. Artigo publicado em 03 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.corsan.com.br/node/369>>. Acesso em: 07 dez. 2011.

ANEXOS

ANEXO A: PLANILHAS COM INVESTIMENTOS DA CORSAN EM ÁGUA E ESGOTO.

PAC 1 - RESUMO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO									
CEF 2007 (CONTRATADO)									
Nº	Município	Mod.	Objeto	Investimento	Empréstimo	%	Contrapartida	%	Assinatura
1	Arroio do Meio	SAA	Melhoria Distribuição	464.000,00	417.600,00	90%	46.400,00	10%	17/08/2007
2	Cachoeirinha	SAA	Melhoria Distribuição	1.400.000,00	1.260.000,00	90%	140.000,00	10%	17/08/2007
4	Carlos Barbosa	SAA	Melhoria Distribuição	348.000,00	313.200,00	90%	34.800,00	10%	17/08/2007
5	Encantado	SAA	Melhoria Distribuição	4.060.000,00	3.654.000,00	90%	406.000,00	10%	17/08/2007
6	Gravataí	SAA	Melhoria Distribuição	3.480.000,00	3.132.000,00	90%	348.000,00	10%	17/08/2007
10	São Sepé	SAA	Melhoria Reserv/Distrib	580.000,00	522.000,00	90%	58.000,00	10%	17/08/2007
11	Sapiranga	SAA	Melhoria Distribuição	3.480.000,00	3.132.000,00	90%	348.000,00	10%	17/08/2007
12	Tramandaí	SAA	Melhoria Distribuição	5.336.000,00	4.802.400,00	90%	533.600,00	10%	17/08/2007
13	Viamão	SAA	Melhoria Distribuição	1.856.000,00	1.670.400,00	90%	185.600,00	10%	17/08/2007
3	Capão da Canoa	SES	Ampliação	15.702.105,96	14.131.895,36	90%	1.570.210,60	10%	17/08/2007
7	Passo Fundo	SES	Ampliação	15.000.000,00	13.500.000,00	90%	1.500.000,00	10%	17/08/2007
8	Rio Grande	SES	Ampliação	20.110.932,59	18.099.839,33	90%	2.011.093,26	10%	17/08/2007
9	Santa Cruz do Sul	SES	Implantação	8.500.000,00	7.650.000,00	90%	850.000,00	10%	17/08/2007
14	Encantado - Prefeitura *	SES	Construção/Ampliação	1.925.899,15	1.350.000,00	70,1%	575.899,15	29,9%	26/10/2007
15	Osório - Prefeitura *	SES	Coleta/Tratamento	21.600.000,00	18.000.000,00	83,3%	3.600.000,00	16,7%	21/08/2007
16	Torres - Prefeitura *	SES	Ampliação/Construção	7.150.000,00	R\$ 6.435.000,00	90%	715.000,00	10%	18/04/2008
TOTAL				R\$ 110.992.937,70	R\$ 98.070.334,69	88%	R\$ 12.922.603,01	12%	
CEF 2008 (CONTRATADO)									
Nº	Município	Mod.	Objeto	Investimento	Empréstimo	%	Contrapartida	%	Assinatura
1	Alegrete	SAA	Ampliação	6.485.000,00	5.836.500,00	90%	648.500,00	10%	30/04/2009
2	Cachoeira do Sul	SES	Ampliação	10.000.000,00	9.500.000,00	95%	500.000,00	5%	30/04/2009
3	Canguçu	SAA	Ampliação	17.000.000,00	15.300.000,00	90%	1.700.000,00	10%	30/04/2009
4	Santa Rosa	SAA	Ampliação	21.000.000,00	18.900.000,00	90%	2.100.000,00	10%	30/04/2009
TOTAL				R\$ 54.485.000,00	R\$ 49.536.500,00	91%	R\$ 4.948.500,00	9%	
OGU (com 2ª bonificação) (CONTRATADO)									

Nº	Município	Mod.	Objeto	Investimento	Empréstimo	%	Contrapartida	%	Assinatura
1	Canoas	SES	Ampliação	40.967.038,84	36.888.815,54	90%	4.078.223,30	10%	28/12/2007
2	Alvorada/Viamão	SES	Implantação	107.119.287,53	97.468.715,01	91%	9.650.572,52	9%	28/12/2007
3	Esteio/Sapucaia do Sul	SES	Implantação	105.800.000,00	96.278.000,00	91%	9.522.000,00	9%	28/12/2007
4	Carazinho	SES	Ampliação	4.949.100,00	4.649.100,00	94%	300.000,00	6%	28/12/2007
5	São Gabriel	SES	Ampliação	5.471.430,16	4.858.136,74	89%	613.293,42	11%	28/12/2007
6	Santa Rosa	SES	Ampliação	9.908.785,32	8.908.766,62	90%	1.000.018,70	10%	15/09/2009
7	Venâncio Aires	SES	Implantação	4.949.133,66	4.649.131,62	94%	300.002,04	6%	28/12/2007
TOTAL				R\$ 279.164.775,51	R\$ 253.700.665,53	91%	R\$ 25.464.109,98	9%	
BNDES (CONTRATADO)									
Nº	Município	Mod.	Objeto	Investimento	Empréstimo	%	Contrapartida	%	Assinatura
1	Alvorada	SAA	Expansão/Melhoria	10.108.298,02	8.592.053,32	85%	1.516.244,70	15%	03/04/2008
2	Campo Bom/Sapiranga	SAA	Expansão/Melhoria	20.128.414,22	17.109.152,09	85%	3.019.262,13	15%	03/04/2008
3	Canoas (SICES)	SAA	Expansão/Melhoria	27.155.401,48	23.082.091,26	85%	4.073.310,22	15%	03/04/2008
4	Canoas	SAA	Expansão/Melhoria	4.000.000,00	3.400.000,00	85%	600.000,00	15%	03/04/2008
5	Charqueadas	SAA	Expansão/Melhoria	2.000.000,00	1.700.000,00	85%	300.000,00	15%	03/04/2008
6	Gravataí	SAA	Expansão/Melhoria	9.417.808,96	8.005.137,62	85%	1.412.671,34	15%	03/04/2008
7	Guaíba	SAA	Expansão/Melhoria	6.085.838,22	5.172.962,49	85%	912.875,73	15%	03/04/2008
8	Guaíba	SES	Expansão/Melhoria	45.000.000,00	40.500.000,00	90%	4.500.000,00	10%	03/04/2008
9	Passo Fundo	SAA	Expansão/Melhoria	6.413.927,08	5.451.838,02	85%	962.089,06	15%	03/04/2008
10	Passo Fundo	SES	Expansão/Melhoria	25.000.000,00	22.500.000,00	90%	2.500.000,00	10%	03/04/2008
11	Portão	SAA	Expansão/Melhoria	9.200.000,00	7.820.000,00	85%	1.380.000,00	15%	03/04/2008
12	Rio Grande	SAA	Expansão/Melhoria	6.687.436,12	5.684.320,70	85%	1.003.115,42	15%	03/04/2008
13	Santa Maria	SAA	Expansão/Melhoria	21.023.060,66	17.869.601,56	85%	3.153.459,10	15%	03/04/2008
14	Santo A. da Patrulha	SAA	Expansão/Melhoria	4.000.000,00	3.400.000,00	85%	600.000,00	15%	03/04/2008
15	Sapucaia do Sul	SAA	Expansão/Melhoria	2.000.000,00	1.700.000,00	85%	300.000,00	15%	03/04/2008
16	Sapucaia do Sul	SAA	Expansão/Melhoria	700.000,00	595.000,00	85%	105.000,00	15%	03/04/2008
17	Três Coroas	SAA	Expansão/Melhoria	13.500.000,00	11.475.000,00	85%	2.025.000,00	15%	03/04/2008
18	Estância Velha	SAA	Expansão/Melhoria	5.627.703,69	4.630.000,00	85%	997.703,69	17,7%	13/10/2009
TOTAL				R\$ 218.047.888,45	R\$ 188.687.157,06	85%	R\$ 29.360.731,39	15%	
CEF 2009 (CONTRATADO)									

Nº	Município	Mod.	Objeto	Investimento	Empréstimo	%	Contrapartida	%	Assinatura
1	Bento Gonçalves	SES	Ampliação	26.180.742,00	23.562.667,80	90%	2.618.074,20	10%	26/04/2010
2	Gramado/Canela	SES	Ampliação	23.701.906,28	21.331.716,55	90%	2.370.189,73	10%	26/04/2010
3	Alegrete	SES	Ampliação	21.564.738,91	19.408.265,02	90%	2.156.473,89	10%	26/04/2010
4	Santa Rosa	SES	Ampliação	20.921.933,46	18.829.740,12	90%	2.092.193,34	10%	26/04/2010
5	Cachoeira do Sul	SES	Ampliação	9.377.566,53	8.439.809,87	90%	937.756,66	10%	26/04/2010
6	Ijuí	SES	Ampliação	8.707.809,81	7.837.028,83	90%	870.780,98	10%	26/04/2010
7	Glorinha	SES	Implantação	8.173.385,69	7.356.047,12	90%	817.338,57	10%	26/04/2010
8	Santiago	SAA	Ampliação	7.000.000,00	6.300.000,00	90%	700.000,00	10%	26/04/2010
9	Bento Gonçalves	SAA	Adequação/Ampliação	5.500.000,00	4.950.000,00	90%	550.000,00	10%	26/04/2010
10	Carazinho	SAA	Ampliação	3.500.000,00	3.150.000,00	90%	350.000,00	10%	26/04/2010
11	Rio Grande	SAA	Ampliação	3.188.134,72	2.869.321,26	90%	318.813,46	10%	26/04/2010
TOTAL				R\$ 137.816.217,40	R\$ 124.034.596,57	90%	R\$ 13.781.620,83	10%	

OGU Projetos (com 2ª bonificação) (CONTRATADO)									
Nº	Município	Mod.	Objeto	Investimento	Empréstimo	%	Contrapartida	%	Assinatura
1	CAMPO BOM	SB	Elaborar Projet. Eng.	720.824,00	630.128,00	87%	90.696,00	13%	30/12/2008
2	CANELA	SB	Elaborar Projet. Eng.	491.008,00	429.016,00	87%	61.992,00	13%	30/12/2008
3	CANOAS	SB	Elaborar Projet. Eng.	1.150.480,00	1.006.120,00	87%	144.360,00	13%	30/12/2008
4	GRAMADO	SB	Elaborar Projet. Eng.	261.192,00	227.904,00	87%	33.288,00	13%	30/12/2008
5	GRAVATAI	SB	Elaborar Projet. Eng.	960.632,00	839.984,00	87%	120.648,00	13%	30/12/2008
6	PORTAO	SB	Elaborar Projet. Eng.	241.208,00	210.416,00	87%	30.792,00	13%	30/12/2008
7	RIOZINHO	SB	Elaborar Projet. Eng.	211.232,00	184.184,00	87%	27.048,00	13%	30/12/2008
8	SAO FRAN DE PAULA	SB	Elaborar Projet. Eng.	321.144,00	280.368,00	87%	40.776,00	13%	30/12/2008
9	SAPIRANGA	SB	Elaborar Projet. Eng.	321.144,00	280.368,00	87%	40.776,00	13%	30/12/2008
10	TAQUARA	SB	Elaborar Projet. Eng.	560.952,00	490.224,00	87%	70.728,00	13%	30/12/2008
11	TRES COROAS	SB	Elaborar Projet. Eng.	331.136,00	289.112,00	87%	42.024,00	13%	30/12/2008
12	CACHOEIRINHA	SB	Elaborar Projet. Eng.	620.904,00	542.688,00	87%	78.216,00	13%	30/12/2008
13	ESTANCIA VELHA	SB	Elaborar Projet. Eng.	421.064,00	367.808,00	87%	53.256,00	13%	30/12/2008
14	IGREJINHA	SB	Elaborar Projet. Eng.	381.096,00	332.832,00	87%	48.264,00	13%	30/12/2008
15	NOVA SANTA RITA	SB	Elaborar Projet. Eng.	361.112,00	315.344,00	87%	45.768,00	13%	30/12/2008
16	PAROBE	SB	Elaborar Projet. Eng.	371.104,00	324.088,00	87%	47.016,00	13%	30/12/2008

	TOTAL	R\$ 7.726.232,00	R\$ 6.750.584,00	87%	R\$ 975.648,00	13%
71	contratos TOTAL GERAL	R\$ 808.233.051,06	R\$ 720.779.837,85	89,2%	R\$ 87.453.213,21	10,8%

Legenda: SB = Projeto de Engenharia em Saneamento Básico / SAA = Sist. Abast. Água / SES = Sist. Esgotamento Sanitário.

PAC 2 - G1, G2												
BNDES (EM CONTRATAÇÃO)												
Nº	Grp	Município	Mod	Objeto	Investimento	Repassé	Contrapartida	% CP	Fonte	Agente Financ	Prazo contratação	Prazo/ Desemb
1	1	Bento Gonçalves	SES	Rede Col. / Lig. Pred.	48.989.502,28	46.540.027,17	2.449.475,11	5%	FAT	BNDES	30/12/2011	24
2	1	Cachoeirinha/Gravatá	SES	Ete Freeway	39.206.887,00	37.246.542,65	1.960.344,35	5%	FAT	BNDES	30/12/2011	24
3	1	Canoas - Água	SAA	Trat. Mec. Lodo	3.884.162,89	3.495.746,60	388.416,29	10%	FAT	BNDES	30/12/2011	24
4	1	Ivoti	SAA	Exec. Adutora	2.274.260,77	2.046.834,69	227.426,08	10%	FAT	BNDES	30/12/2011	24
5	1	Santa Maria	SAA	Implant. Elevatória	8.708.600,91	7.837.740,82	870.860,09	10%	FAT	BNDES	30/12/2011	24
6	1	Santo A. da Patrulha	SES	Implant. SES	20.013.960,00	19.013.262,00	1.000.698,00	5%	FAT	BNDES	30/12/2011	24
7	1	Sapiranga	SES	Implant. SES	17.002.240,00	16.152.128,00	850.112,00	5%	FAT	BNDES	30/12/2011	24
TOTAL					140.079.613,85	132.332.281,93	7.747.331,92	5,53%				
OGU - Projetos (CONTRATADO)												
Nº	Grp	Município	Mod	Objeto	Investimento	Repassé	Contrapartida	% CP	Fonte	Agente Financ	Assinatura	Prazo/ Desemb
1	1	Alvorada/ Viamão	EPSES	Projeto	1.188.000,00	1.188.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12
2	1	Alvorada/ Viamão	EPSAA	Projeto	1.200.000,00	1.200.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	18
3	1	Araricá	EPSES	Projeto	115.500,00	115.500,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12
4	1	Arroio dos Ratos	EPSES	Projeto	409.309,00	409.309,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12
5	1	Bento Gonçalves	EPSAA	Projeto	1.200.000,00	1.200.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	18
6	1	Cachoeirinha	EPSAA	Projeto	1.440.000,00	1.440.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	18
7	1	Campo Bom (Sapiranga/Estância Velha/Portão)	EPSAA	Projeto	550.000,00	550.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	18
8	1	Canoas/Esteio	EPSAA	Projeto	1.000.000,00	1.000.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	18
9	1	Capela de Santana	EPSES	Projeto	118.474,00	118.474,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12

10	1	Charqueadas	EPSES	Projeto	665.000,00	665.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12
11	1	Eldorado do Sul	EPSES	Projeto	420.000,00	420.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12
12	1	Esteio/ Sapucaia	EPSES	Projeto	1.359.232,00	1.359.232,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12
13	1	Guaíba	EPSES	Projeto	932.000,00	932.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12
14	1	Guaíba/Eldorado	EPSAA	Projeto	800.000,00	800.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	18
15	1	Ivoti	EPSES	Projeto	421.000,00	421.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12
16	1	Montenegro	EPSES	Projeto	1.085.671,00	1.085.671,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12
17	1	Montenegro	EPSAA	Projeto	700.000,00	700.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	18
18	1	Nova Hartz	EPSES	Projeto	215.408,00	215.408,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12
19	1	Parobé	EPSAA	Projeto	550.000,00	550.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	18
20	1	Passo Fundo	EPSES	Projeto	614.249,00	614.249,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12
21	1	Passo Fundo	EPSAA	Projeto	800.000,00	800.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	18
22	1	Rio Grande	EPSES	Projeto	1.005.000,00	1.005.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12
23	1	Rio Grande	EPSAA	Projeto	665.000,00	665.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	18
24	1	Santa Maria	EPSES	Projeto	1.259.000,00	1.259.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12
25	1	Santa Maria	EPSAA	Projeto	1.000.000,00	1.000.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	18
26	1	São Jerônimo	EPSES	Projeto	395.000,00	395.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12
27	1	Triunfo	EPSES	Projeto	292.000,00	292.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	12
28	1	Triunfo	EPSAA	Projeto	550.000,00	550.000,00	-	0%	OGU	CEF	31/10/2011	18
TOTAL					20.949.843,00	20.949.843,00	-	-				

OGU - Obras (CONTRATADO)

Nº	Grp	Município	Mod	Objeto	Investimento	Repassé	Contrapartida	% CP	Fonte	Agente Financ	Assinatura	Prazo/ Desemb
1	1	Alvorada/ Viamão	SES	Implant. SES	103.443.447,10	103.443.447,10	-	0%	OGU	CEF	25/11/2011	24
2	1	Arroio dos Ratos	SAA	Exec. Adutora	3.850.000,00	3.850.000,00	-	0%	OGU	CEF	25/11/2011	12
3	1	Canoas	SES	Implant. SES	25.644.118,42	25.644.118,42	-	0%	OGU	CEF	25/11/2011	24
4	1	Charqueadas	SAA	Capt/Elev/Adut/Res	15.319.294,97	15.319.294,97	-	0%	OGU	CEF	25/11/2011	18
5	1	Esteio/Sapucaia	SES	Ampliação SES	79.486.606,18	79.486.606,18	-	0%	OGU	CEF	25/11/2011	24
6	2	Cachoeira do Sul	SES	Exec 2º Mód ETE	15.000.000,00	15.000.000,00	-	0%	OGU	CEF	25/11/2011	24
7	2	Carazinho	SES	Ampliação do SES	51.810.000,00	51.810.000,00	-	0%	OGU	CEF	25/11/2011	24
8	2	Erechim	SAA	Impl Capt/Adu/Otim	32.410.000,00	32.410.000,00	-	0%	OGU	CEF	25/11/2011	24
9	2	Farroupilha	SES	Execução ETE	24.171.394,70	24.171.394,70	-	0%	OGU	CEF	25/11/2011	24

10	2	Lajeado	SAA	Adut/Elev/Reser/Distr	10.570.896,92	10.570.896,92	-	0%	OGU	CEF	25/11/2011	12
11	2	Vacaria	SAA	Lodo/Reser/Elev/Rede	4.266.307,06	4.266.307,06	-	0%	OGU	CEF	25/11/2011	12
12	2	Venâncio Aires	SES	44,15 Km Rede/EBE	21.483.399,34	21.483.399,34	-	0%	OGU	CEF	25/11/2011	24
TOTAL					387.455.464,69	387.455.464,69	-	0,00%				

CEF (EM CONTRATAÇÃO)

Nº	Grp	Município	Mod	Objeto	Investimento	Repassé	Contrapartida	% CP	Fonte	Agente Financ	Prazo contratação	Prazo/ Desemb
1	2	Alegrete	EPSES	Projeto	641.250,00	609.187,50	32.062,50	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	12
2	2	Alegrete	EPSAA	Projeto	850.000,00	807.500,00	42.500,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	18
3	2	Cachoeira do Sul	EPSES	Projeto	1.125.191,00	1.068.931,45	56.259,55	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	12
4	2	Cachoeira do Sul	EPSAA	Projeto	1.200.000,00	1.140.000,00	60.000,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	18
5	2	Camaquã	EPSES	Projeto	1.166.652,00	1.108.319,40	58.332,60	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	12
6	2	Camaquã	EPSAA	Projeto	1.000.000,00	950.000,00	50.000,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	18
7	2	Canguçu	EPSES	Projeto	531.000,00	504.450,00	26.550,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	12
8	2	Canguçu	EPSAA	Projeto	800.000,00	760.000,00	40.000,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	18
9	2	Carazinho	EPSES	Projeto	468.000,00	444.600,00	23.400,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	12
10	2	Carazinho	EPSAA	Projeto	1.127.660,00	1.071.277,00	56.383,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	18
11	2	Cruz Alta	EPSES	Projeto	1.157.668,00	1.099.784,60	57.883,40	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	12
12	2	Erechim	EPSAA	Projeto	1.000.000,00	950.000,00	50.000,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	18
13	2	Farroupilha	EPSES	Projeto	1.044.000,00	991.800,00	52.200,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	12
14	2	Farroupilha	EPSAA	Projeto	1.000.000,00	950.000,00	50.000,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	18
15	2	Ijuí	EPSES	Projeto	1.139.934,00	1.082.937,30	56.996,70	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	12
16	2	Ijuí	EPSAA	Projeto	1.000.000,00	950.000,00	50.000,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	18
17	2	Lajeado	EPSES	Projeto	1.160.460,00	1.102.437,00	58.023,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	12
18	2	Lajeado	EPSAA	Projeto	850.000,00	807.500,00	42.500,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	18
19	2	Santa Rosa	EPSES	Projeto	729.000,00	692.550,00	36.450,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	12
20	2	Santiago	EPSAA	Projeto	750.000,00	712.500,00	37.500,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	18
21	2	Santo Ângelo	EPSES	Projeto	1.107.000,00	1.051.650,00	55.350,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	12
22	2	Santo Ângelo	EPSAA	Projeto	1.200.000,00	1.140.000,00	60.000,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	18
23	2	São Borja	EPSES	Projeto	317.250,00	301.387,50	15.862,50	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	12
24	2	São Borja	EPSAA	Projeto	1.000.000,00	950.000,00	50.000,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	18
25	2	São Gabriel	EPSES	Projeto	711.000,00	675.450,00	35.550,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	12

26	2	Vacaria	EPSAA	Projeto	1.131.500,00	1.074.925,00	56.575,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	18
27	2	Venâncio Aires	EPSES	Projeto	1.143.000,00	1.085.850,00	57.150,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	12
28	2	Venâncio Aires	EPSAA	Projeto	1.000.000,00	950.000,00	50.000,00	5%	FGTS	CEF	30/12/2011	18
TOTAL					26.350.565,00	25.033.036,75	1.317.528,25	5%				
75	TOTAL GERAL				574.835.486,54	565.770.626,37	9.064.860,17	1,58%				

Legenda: SAA = Sist. Abast. Água / SES = Sist. Esgotamento Sanit. / EPSAA = Estudo e Projeto em Sist. Abast. Água / EPSES = Estudo e Projeto em Sist. Esgotamento Sanitário

PAC 2 - G3 (Aprovados, em fase contratação)												
BNDES (EM CONTRATAÇÃO)												
Nº	Grp	Município	Mod	Objeto	Investimento	Repasse	Contrapartida	% CP	Fonte	Agente Financ	Result Proc Seletivo	Prazo/ Desemb
1	3	Capão da Canoa	SAA	Ampliação SAA	48.126.117,85	43.313.506,06	4.812.611,79	10%	FAT	BNDES	4/11/2011	24
2	3	Carlos Barbosa	SES	Implantação SES	16.549.454,75	15.721.982,01	827.472,74	5%	FAT	BNDES	4/11/2011	36
3	3	Horizontina	SES	Implantação SES	13.491.807,82	12.817.217,43	674.590,39	5%	FAT	BNDES	4/11/2011	36
4	3	Imbé	SES	Implantação SES	30.885.027,93	29.340.776,54	1.544.251,39	5%	FAT	BNDES	4/11/2011	30
5	3	Nova Petrópolis	SES	Implantação SES	15.916.740,33	15.120.903,31	795.837,02	5%	FAT	BNDES	4/11/2011	30
6	3	Nova Prata	SAA	Ampliação SAA	20.134.918,10	18.121.426,29	2.013.491,81	10%	FAT	BNDES	4/11/2011	24
7	3	Soledade	SES	Proj e Impl SES	11.257.304,64	10.694.439,40	562.865,24	5%	FAT	BNDES	4/11/2011	36
8	3	Torres/ Arroio do Sal	SAA	Implantação SAA	14.174.858,70	12.757.372,84	1.417.485,86	10%	FAT	BNDES	4/11/2011	24
9	3	Tramandaí	SES	Ampliação SES	39.329.731,95	37.363.245,35	1.966.486,60	5%	FAT	BNDES	4/11/2011	36
10	3	Três Coroas	SES	Implantação SES	22.928.346,03	21.781.928,73	1.146.417,30	5%	FAT	BNDES	4/11/2011	30
11	3	Xangri-Lá	SES	Implantação SES	19.145.940,55	18.188.643,52	957.297,03	5%	FAT	BNDES	4/11/2011	30
TOTAL					R\$ 251.940.248,65	R\$ 235.221.441,48	R\$ 16.718.807,16	6,64%				
OGU (EM CONTRATAÇÃO)												
Nº	Grp	Município	Mod	Objeto	Investimento	Repasse	Contrapartida	% CP	Fonte	Agente Financ	Result Proc Seletivo	Prazo/ Desemb
1	3	Alto Alegre	SES	Proj/Compl SES	1.609.783,24	1.609.783,24	-	0%	OGU	CEF	4/11/2011	30
2	3	Barra do Ribeiro	SES	Proj e Impl SES	8.000.000,00	8.000.000,00	-	0%	OGU	CEF	4/11/2011	36

3	3	Cacapava do Sul	SES	Proj e Impl SES	7.000.000,00	7.000.000,00	-	0%	OGU	CEF	4/11/2011	36
4	3	Capivari do Sul	SAA	Ampliação SAA	3.560.149,49	3.560.149,49	-	0%	OGU	CEF	4/11/2011	24
5	3	Erval Seco	SES	Implantação SES	4.140.837,33	4.140.837,33	-	0%	OGU	CEF	4/11/2011	30
6	3	Lagoa Vermelha	SAA	Ampliação SAA	6.094.512,46	6.094.512,46	-	0%	OGU	CEF	4/11/2011	36
7	3	Santiago	SES	Proj e Impl SES	8.000.000,00	8.000.000,00	-	0%	OGU	CEF	4/11/2011	36
8	3	Santo Cristo	SES	Proj e Impl SES	8.847.069,75	8.847.069,75	-	0%	OGU	CEF	4/11/2011	36
9	3	Serafina Correa	SES	Proj e Impl SES	8.000.000,00	8.000.000,00	-	0%	OGU	CEF	4/11/2011	36
10	3	Soledade	SAA	Ampliação SAA	6.091.826,73	6.091.826,73	-	0%	OGU	CEF	4/11/2011	24
11	3	Viadutos	SAA	Ampliação/Melhorias	3.663.330,70	3.663.330,70	-	0%	OGU	CEF	4/11/2011	24
12	3	Xangri-La	SAA	Ampliação SAA	8.000.000,00	8.000.000,00	-	0%	OGU	CEF	4/11/2011	30
TOTAL					R\$ 73.007.509,70	R\$ 73.007.509,70	R\$ -	0%				
23	TOTAL GERAL				R\$ 324.947.758,35	R\$ 308.228.951,18	R\$ 16.718.807,16	5,15%				

ANEXO B: PLANILHAS COM DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO DAS UNIDADES DE SANEAMENTO – ANO 2010.



DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO DAS UNIDADES DE SANEAMENTO - ANO 2010

CLASSIFICADO POR ORDEM DE RESULTADO OPERACIONAL - RÉDITO

SIG	CÓD	LOCALIDADE	SUP. PRL.	Nº DE FUNC.	NÚMERO DE ECONOMIAS		EXTENSÃO DE REDE DE ÁGUA - Em M	RESCITAS OPERACIONAIS DIRETAS	RESCITAS TOTAIS	DESPESAS OPERACIONAIS DIRETAS	DEPRECAÇÃO	DESPESAS INDIRETAS	DESPESAS TOTAIS	RÉDITO OU RESULTADO	Nº DE RECON. FUNC.	RESCITA MÉDIA MENSAL RECON.	DESPESA MÉDIA MENSAL RECON.	EXTENSÃO DA REDE RECON. DE ÁGUA	TOTAL MOBILIZADO NO ANO	OBS.
					ÁGUA	EGOTO														
251*	483	Vila Goiaba	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
252*	484	Povoado Nossa Senhora de Fátima	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
253*	485	Travessão Cavalheiro	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
254*	486	Vila Alegre	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
255*	487	Vila Condado	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
256*	488	Vila Machado	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
257*	489	Vila Santa Cruz	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
258*	495	Praça Grande	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
259*	496	Douradinho	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
260*	480	Sete de Setembro	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
261*	471	Olavo Rocha	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
262*	494	Praça da Estância	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
263*	475	Garibaldi	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
264*	484	São Domingos do Sul	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
265*	454	Porto Vera Cruz	0	0	-	-	2.380	218	218	-	318	318	(100,08)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
266*	407	Istrange do Sul	0	0	-	-	-	-	184	-	-	184	(183,59)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
267*	440	Barragem do Rio Azul	0	0	-	-	-	474	474	-	878	878	(204,24)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
268*	142	Novo Hamburgo	METROP.	0	-	-	-	-	-	571	-	571	(571,04)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	Função	
269*	417	Arraio Teixeira	METROP.	0	-	-	18.484	307	307	574	557	1.132	(804,34)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	174	Incluída	
270*	202	Morro Reuter	METROP.	2	1.349	-	38.050	873.300	873.300	550.488	14.182	674.586	(1.285,53)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	28	1.595	
271*	403	Santo Amaro do Sul	METROP.	0	-	-	-	-	-	1.808	-	1.808	(1.808,12)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	Incluída	
272*	424	Mariante	CENTRAL	1	508	-	30.089	209.480	209.480	186.270	1	44.869	211.140	(1.880,41)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	59	-
273*	432	Alto Alegre	MISSÕES	1	288	-	8.015	169.302	169.302	121.748	24.032	25.509	171.379	(2.078,51)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	20	-
274*	106	São José do Norte	SUL	11	5.112	-	24.482	2.025.787	2.025.787	1.497.303	81.241	470.504	2.029.054	(3.286,23)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	4	25.519
275*	422	Boqueirão do Leão	CENTRAL	2	771	-	13.588	365.594	365.594	300.202	(0)	69.264	369.488	(3.891,89)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	17	4.532
276*	481	Bom Progresso	MISSÕES	1	441	-	9.230	203.222	203.222	181.058	5.874	36.538	207.168	(3.943,83)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	20	-
277*	479	Porto Beteta	0	0	-	-	-	-	-	4.958	-	4.958	(4.958,88)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	0	
278*	491	Rio Dos Índios	PLANALTO	0	282	-	3.800	128.791	128.791	90.505	17.022	24.288	131.813	(5.021,77)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	14	-
279*	405	Águas Santa	PLANALTO	2	526	-	8.137	247.815	247.815	198.985	4.997	48.965	252.947	(5.132,01)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	15	-
280*	443	Darrubadas	MISSÕES	1	380	-	12.000	153.185	153.185	119.031	7.884	31.998	158.010	(5.725,22)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	33	2.125
281*	201	São Martinho	MISSÕES	5	1.545	-	21.738	707.162	707.162	584.908	11.320	137.278	713.508	(8.343,86)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	14	38
282*	287	Vila Umbó	SUL	1	238	-	4.180	107.234	107.234	94.238	0	21.702	115.940	(8.705,80)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	17	-
283*	181	Nova Santa Rita	METROP.	8	2.551	-	88.724	1.931.277	1.931.277	1.597.453	143.322	204.807	1.945.382	(14.104,91)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	28	485.021
284*	331	Catel - Gm Gravatal	0	8	-	2	-	1.855.243	1.855.243	1.525.599	344.424	-	1.870.023	(14.779,78)	SIECON	SIECON	SIECON	SIECON	22	18.880
285*	50	Colorado	MISSÕES	2	729	-	18.558	388.125	388.125	310.451	8.177	86.361	383.019	(18.894,28)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	22	3.277
286*	180	Porto Xavier	MISSÕES	8	2.339	-	18.858	1.148.208	1.148.208	828.748	25.179	206.338	1.163.263	(17.057,35)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	8	58
287*	240	Vicente Dutra	PLANALTO	2	759	-	20.851	382.170	382.170	301.199	10.816	70.163	381.977	(19.807,88)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	27	478
288*	403	Riozinho	METROP.	2	893	-	20.780	584.849	584.849	520.142	11.827	73.400	605.169	(20.319,88)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	23	168.805
289*	283	Armação Fervorada	SUL	2	810	-	282	287.258	287.258	215.859	15.087	57.297	288.043	(20.787,31)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	2.025
290*	137	Nova Brasília	SERRA	2	639	-	9.059	445.514	445.514	405.707	11.895	48.495	488.897	(21.382,85)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	14	78.782
291*	279	Missambará	CENTRAL	2	584	-	4.173	287.802	287.802	251.515	5.309	52.910	309.734	(22.132,84)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	7	-
292*	488	Chuvíaca	SUL	0	108	-	-	85.181	85.181	45.383	53.044	8.548	107.865	(22.774,45)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	Incluída
293*	189	Santo Augusto	MISSÕES	12	4.495	-	58.153	2.332.590	2.332.590	1.804.552	50.875	400.218	2.355.445	(22.854,88)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	37	214.241
294*	444	Barragem do Tufano	METROP.	1	317	-	11.937	147.872	147.872	138.008	10.422	25.880	172.307	(24.835,88)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	Incluída
295*	290	Esplanadinho	PLANALTO	3	582	-	17.842	295.538	295.538	204.259	5.970	51.380	281.590	(28.054,21)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	-	Incluída
296*	408	Nova	CENTRAL	1	324	-	8.824	139.505	139.505	134.846	1.890	29.284	185.820	(28.314,82)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	27	-
297*	270	Jaquinara	SERRA	2	1.011	-	10.557	424.303	424.303	374.829	12	80.252	455.172	(30.889,01)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	10	3.988
298*	103	São Francisco de Paula	SERRA	14	5.447	-	77.585	2.980.019	2.980.019	2.584.799	589	428.802	2.991.990	(31.971,19)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	14	164.858
299*	14	Arraio Grande	SUL	15	8.241	289	70.703	2.872.432	2.872.432	2.217.401	114.803	572.485	2.904.890	(32.257,82)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	11	82.034
300*	487	Vila Nova do Sul	CENTRAL	2	823	-	11.254	483.014	483.014	413.073	10.083	73.808	498.744	(33.729,28)	SIFUNC	SIECON	SIECON	SIECON	13	131.334

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO DAS UNIDADES DE SANEAMENTO - ANO 2010

CLASSIFICADO POR ORDEM DE RESULTADO OPERACIONAL - RÉDITO

REQ.	CÓD.	LOCALIDADE	SUP. REG.	N.º DE R.FUN.	NÚMERO DE ECONOMIAS		EXTENSÃO DE RDE DE ÁGUA - Em M	RECEITAS OPERACIONAIS DIRETAS	RECEITAS TOTAIS	DESPESAS OPERACIONAIS DIRETAS	DEPRECIAÇÃO	DESPESAS INDIRETAS	DESPESAS TOTAIS	RÉDITO OU RESULTADO	N.º DE RCON. R.FUN.	RECEITA MÉDIA MENSAL RCON.	DESPESA MÉDIA MENSAL RCON.	RATÍO DE RDE RCON. DE ÁGUA	TOTAL MOBILIZADO NO ANO	OBS.
					ÁGUA	RÉDITO														
401*	135	Nova Alagá	SERRA	2	1.157	-	12.800	1.140.497	1.140.497	2.020.302	9.503	90.797	2.120.803	(980.105,90)	579	100	203	10	451.477	Incluída
402*	350	Programa de Açudes e Poços		11	-	-	-	-	-	1.485.582	-	-	1.485.582	(1.485.581,69)	-	S/CON	S/CON	S/CON	-	DEXP
403*	351	Programa de Açudes e Poços		11	-	-	-	-	-	1.590.716	738	-	1.800.454	(1.800.453,85)	-	S/CON	S/CON	S/CON	-	DEXP
404*	347	Departamento de Abastecimen		11	-	-	-	7.584	7.584	1.420.835	386.756	-	1.816.391	(1.808.806,52)	-	S/CON	S/CON	S/CON	1.989	DOP
405*	162	Quanal	CENTRAL	17	7.772	1.222	73.356	4.112.311	4.112.311	5.367.223	1.686	698.252	8.067.141	(1.954.830,00)	457	58	86	9	48.807	Pelo
406*	353	Programa de Açudes e Poços		17	-	-	-	-	-	2.544.454	1.805	-	2.548.259	(2.548.259,10)	-	S/CON	S/CON	S/CON	-	DEXP